

XV SEMINÁRIO DO PPGFIL UERJ

**Rio de Janeiro
2019**

XV Seminário do PPGFIL UERJ

Caderno de resumos

Comissão Organizadora

Ana Flávia Eccard

Juliane Bianchi

Lucas Garcia

Nathan Fontoura

Rodrigo Ferreira

Thaís Ribeiro

Rio de Janeiro

2019

CONFERÊNCIAS

Segunda-feira - 30/09/2019

11h-12h30: Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo (UFRJ)

Título: “Notas para uma filosofia popular brasileira”

Resumo: O objetivo desta conferência consiste em apresentar um pequeno esboço do que seria uma "filosofia popular brasileira". Para tanto, em um primeiro momento, será necessário apresentar a relação entre colonialidade e a filosofia europeia, a fim de se compreender em que medida nossa história colonial incide dramaticamente sobre os nossos departamentos de filosofia. Em seguida, buscarei retomar o não tão recente debate sobre o que seria uma "filosofia brasileira", debate este travado na Coluna ANPOF desde 2016. Por fim, pretendo, através da noção de cultura brasileira, pensar uma filosofia que seja popular, no sentido de não elitista, e que pense a partir de certa experiência que se dá necessariamente fora dos muros da academia.

18h-19h30: Prof.^a Dr.^a Regina Schöpke (UERJ)

Título: “Pensar é resistir: quando o pensamento é já uma prática, uma ação”

Resumo: A questão que será abordada é do exercício do pensamento como resistência a todas as formas de tirania, ignorância e preconceito. Como dizia Nietzsche, o pensamento é já ação, pressupondo que ele seja mesmo pensamento, ou seja, a velha dicotomia entre teoria e prática desaparece quando se entende que o pensamento não é um mero jogo de palavras e menos ainda uma coleção de ideias bem articuladas. O pensamento, como bem diziam Deleuze e Guattari, é uma máquina de guerra em favor da existência, em prol da vida, em prol da liberdade, que, em todos os sentidos, está muito longe do significado que o capitalismo lhe imprime.

Terça-feira - 01/10/2019

11h-12h30: Prof. Dr. Rodrigo Guéron (UERJ)

Título: “Fascismos e fascismo no Brasil: outros diagnósticos para outras resistências”

Resumo: A partir da desconstrução do enunciado recorrente de que o fascismo seria algum tipo de “déficit civilizatório”, veremos, com a ajuda de Benjamin, que ele é o resultado mesmo do processo civilizatório; articulando assim escravismo, violência neocolonial e

fascismo. Consideraremos em que medida podemos – e é até importante – designar como “fascismo” fenômenos que recentemente se disseminaram no Brasil, confluindo e ganhando uma nova organicidade na candidatura vitoriosa nas eleições presidenciais de 2018. Assim, entre outros conceitos, veremos o fascismo compreendido a partir do que Foucault identificou como “biopolítica”, Mbembe “necropolítica” e Deleuze e Guattari como “uma linha de fuga que se transforma em uma linha de morte”.

18h-19h30: Prof. Dr. Vladimir Ribeiro (CAp-UERJ)

Título: “Pensar e criar e resistir”

Resumo: A comunicação consiste em uma tentativa de caracterizar, sobretudo a partir da obra de Félix Guattari, o funcionamento de uma conexão transversal que prescindiria tanto de uma verticalidade hierarquizante quanto de uma horizontalidade que faria equivaler as composições possíveis entre pensamento, criação e resistência.

Quarta-feira - 02/10/2019

11h-12h30: Prof. Dr. Marcos Rosa (UERJ)

Título: “Percepção, objetividade e espaço”

Resumo: Em *Origins of Objectivity*, Tyler Burge argumenta – contra, dentre outras posições, o “representacionalismo individual neo-kantiano” de Strawson e Gareth Evans – que a posse de uma concepção ou conceito de objetividade não é uma condição necessária da capacidade de perceber objetivamente o mundo espaço-temporal. Segundo Burge, é necessário realizar uma distinção entre dois projetos filosóficos essencialmente distintos: o objetivo do primeiro seria o de explicar as condições constitutivas da capacidade de representar objetivamente o mundo físico, o objetivo do segundo seria o de explicar as condições constitutivas da capacidade de possuir um conceito ou concepção reflexiva do mundo físico como um mundo objetivo e independente da mente. O erro fundamental do “representacionalismo individual neo-kantiano” consistiria precisamente, afirma Burge, em confundir o primeiro com o segundo desses objetivos. Em minha comunicação procurarei avaliar a linha de argumentação elaborada por Burge contra o projeto “neo-kantiano” de Evans. Examinarei especificamente a crítica de Burge à tese de Evans de que a capacidade de representar objetivamente o mundo físico requer uma capacidade de coordenar representações espaciais egocêntricas (que têm o corpo do sujeito como seu centro) e representações espaciais alocêntricas ou objetivas. Procurarei mostrar que há razões para pensarmos que – contra Burge e a favor de Evans – um sujeito ao qual nós podemos atribuir uma consciência não-solipsista da realidade é

necessariamente um sujeito ao qual nós podemos atribuir pensamentos espaciais não-egocêntricos.

18h-19h30: Prof. Dr. Ludovic Soutif (PUC-Rio)

Título: “Proferimento de injúrias”

Resumo: Injúrias (raciais, étnicas, sexuais) têm se tornado – já há um tempo – objeto de estudo tanto na área do direito quanto da linguística e da filosofia da linguagem. Pouca atenção, entretanto, tem sido dada nessas áreas ao fenômeno do proferimento de injúrias. Argumentarei que a noção de proferimento (utterance) é fundamental não somente para fins taxonômicos, mas ainda para uma estratégia semântico-pragmática de explanação do significado/da significância das injúrias e também para a (necessária) distinção entre depreciar e ofender.

Quinta-feira - 03/10/2019

11h-12h30: Prof.^a Dr.^a Alice Haddad (UFF)

Título: “A noção de deus advinda da observação da ordem: um argumento estudado por Sexto Empírico em *Contra os Físicos*”

Resumo: Em nossa pesquisa sobre a noção de *phýsis* em Sexto Empírico, nos deparamos com um aspecto dessa discussão nas *Hipotiposes* pouco explorado nessa mesma obra, a saber, o questionamento que o filósofo faz em torno da concepção de que a natureza é racional, regida por fins. Muito rapidamente Sexto alude a essa ideia ao tratar do terceiro modo cético. Essa mesma questão é bem mais explorada em *Contra os físicos*, obra em que ele discute os fundamentos das físicas e o principal deles, o princípio eficiente, isto é, a causa originadora ou organizadora do cosmo, chamada tanto por Aristóteles quanto pelos estóicos de deus. O Aristóteles citado por Sexto é o do diálogo perdido *Sobre a Filosofia*. Nesta exposição vamos explorar a concepção de deus que aparece no fragmento de que Sexto é fonte, procurando compreender como Aristóteles é lido e apropriado por ele. Vamos procurar, ainda, oferecer uma resposta para o fato de o argumento aristotélico ser apresentado mas não propriamente receber objeções.

18h-19h30: Prof.^a Dr.^a Eloísa Benvenuti (Faculdade Cásper Líbero/SEE)

Título: “Da alienação à autenticidade na concepção de mulher: uma abordagem de Michèle Le Doueff e Simone de Beauvoir”

Resumo: Partindo das ideias de imaginário filosófico – conceito desenvolvido por Michèle Le Doeuff – e principalmente da abordagem da mulher como segundo sexo – conceito trabalhado por Simone de Beauvoir, problematizaremos o lugar e o papel do feminino no mundo, isto é, “em situação”, e no mundo do conhecimento. Discutiremos como a figura da mulher está condicionada ao masculino, a partir da alienação da sua concretude, pela sua ausência e pela sua falta, tanto no processo de produção do conhecimento quanto em seu acesso. Mostraremos que, tanto a ausência da mulher - como sua falta - revelam a negatividade em que a filosofia ocidental está fundada, e como o feminino, em geral, é a presença/ausência do irracional e também é um pilar da construção da própria racionalidade.

Sexta-feira - 04/10/2019

11h-12h30: Prof.^a Dr.^a Camila Jourdan (UERJ)

Título: “O embate das formas-de-vida na guerra em curso”

Resumo: A conferência abordará as contribuições que a noção de forma-de-vida pode trazer para compreender a evidenciação presente da guerra permanente entre hostis, o que ajuda a clarificar aquilo que está envolvido no papel das resistências libertárias hoje, em contraposição aos elementos neofascistas (Estado policial, exceção, controle etc.) que se fortalecem e, cada vez mais, invadem a vida.

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

Obs.: Os resumos estão organizados por ordem alfabética conforme os nomes do(a)s comunicadore(a)s.

Ádamo Bouças Escossia da Veiga (PUC-Rio)

Título: “Noções fantásticas: Deleuze e Whitehead”

Resumo: O presente trabalho pretende-se uma análise do conceito de “noção fantástica” proposto por Gilles Deleuze em “Diferença e Repetição” (2000) em sua relação com a filosofia de Alfred North Whitehead. O objetivo é, não apenas explicitar a importância do pensamento do autor anglófono no pensamento de Deleuze, mas, igualmente, como tais “noções” podem servir como um critério válido para o pensamento de uma metafísica especulativa. O conceito deleuziano de noção fantástica pretende-se pensar a imanência das condições ao condicionado na reunião dos dois sentidos de estética – teoria do sensível e teoria do belo – sob a forma de uma distribuição nômade que desloca o lugar do sujeito. Pretendemos, após expor em que medida certos conceitos de Whitehead se encontram bem compreendido no escopo destas noções, propor consequências metametafísicas a fim de se precisar a função e importância da metafísica especulativa.

Agência de fomento: CAPES

Aline Hamdan de S. Vilas Boas (PPGD-UERJ)

Título: “A ontologia e a possibilidade da multiplicidade inconsistente”

Resumo: O presente trabalho apresenta a retomada da metafísica e da historicidade do ser mediado pelo acontecimento (Ereignis) do poema platônico. Trata-se da virada ontológica do poema pelo matema sustentado pelo Evento (BADIOU, 1988) e pela multiplicidade inconsistente. É a retomada da interdição do poema enquanto verdade. Desta forma, o ser não pode ser nomeado como essência, embora o *dasein* seja um fundamento da verdade enquanto acontecimento apropriador (HEIDEGGER, 1930). O que é descrito inicialmente na obra *O ser e o Tempo* é esta determinação pela presença na qual o tempo é de fato demarcado pela historicidade grega e na evidência desta periodização na sua constituição ôntica (HEIDEGGER, 1923) a partir desse evento. No *Ser e o Evento*, a filosofia heideggeriana é o predicado do ser como desocultação mantida no uno do Parmênides. Por isso, Badiou a nomeou como ontologia poética, pois Heidegger a perpetua como a unidade entre o ser e a *aletheia*. Apresentada esta questão na forma do poema para Badiou, a ontologia poética (desde Platão) deve ser superada pela ontologia matemática, esta última consistiria no

desdobramento do ser como múltiplo e ao mesmo tempo seria uma defecção ao poder do uno encoberto na verdade. Posto desta maneira, esta discussão se torna importante para o debate contemporâneo da metafísica e os seus entornos teóricos.

Artur Gonçalo Mota Henriques (PPGFIL-UERJ)

Título: “Apontamentos iniciais da questão da racionalidade na História segundo a filosofia hegeliana”

Resumo: Essa comunicação tem como objetivo apresentar de forma inicial a questão acerca da racionalidade na História e a realização da liberdade conforme a filosofia hegeliana. Trata-se de um primeiro esforço para compreender o pressuposto de Hegel de que a razão domina o mundo e de que conseqüentemente a história do mundo transcorreria racionalmente; nas palavras de Hegel: “a razão governa o mundo, e que, portanto, a história universal é também um processo racional” (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2^o edição. Brasília: Editora da UnB, 1999. P. 17). Sendo a história universal concernente ao espírito, e a essência do espírito a liberdade, é através do desenvolvimento do espírito que a liberdade se desenvolverá, realizando-se na vida ética; esse processo desembocará no Estado. Analisaremos então como nesse processo, Hegel encontrará um papel para a ação dos indivíduos, e como a busca da realização das suas satisfações particulares relaciona-se com o Absoluto. Para esses apontamentos iniciais o foco principal de reflexão será a obra *Filosofia da História* (1837), onde a relação entre razão e história aparece de forma explícita, mas também serão utilizadas outras obras de Hegel para ajudar na reflexão. Bem como a assistência de comentadores clássicos como Jean Hyppolite e Herbert Marcuse.

Braulyo Antonio Silva de Oliveira (PPGFIL-UERJ)

Título: “O envelhecimento da Nova Música: Theodor Adorno e a vanguarda musical da década de 1950”

Resumo: Na década de 1950, Adorno se envolve numa série de debates com a nova geração de compositores europeus. Dente eles se destacam Pierre Boulez, Karlheinz Stockhausen e Luigi Nono. Uma das críticas mais contundentes de Adorno dirigida aos jovens compositores diz respeito a um processo de criação que já se encontrava superado. Nesse sentido, a Nova Música já não apresentava nada de novo. A afirmação do envelhecimento da Nova Música não deixa de ser uma forma espirituosa para se falar de um problema que não é exclusivamente da Nova Música. De forma geral, ele é resultado de esforços que visam restaurar elementos musicais já superados por suas próprias experiências compositivas. Mas, ao se referir à Nova Música, especificamente àquela dos jovens compositores, tal imagem

adquire um tom muito mais crítico. Kontrapunkt, por exemplo, uma das primeiras composições de Stockhausen é de 1950; Polyphonie X e Structures I de Boulez são de 1951. De um olhar histórico, iniciando das vanguardas musicais do século XX, esse processo de envelhecimento parece acompanhar todo o desenvolvimento musical; da perspectiva mais recente, a Nova Música, nasce velha. Numa preleção dos Ferienkurse für internationale neue Musik (1955) em Darmstadt, Adorno aponta um corretivo para essa situação: o jovem Schönberg. Ao lidar com a música dos jovens compositores, Adorno frequentemente recorre à oposição entre o velho e o novo. O que Adorno pretendia com isso? Como o jovem Schönberg poderia auxiliar os jovens compositores? Como o envelhecimento da Nova Música pode ser remediado através de uma música velha e tonal? Na comunicação aqui proposta, gostaríamos de abordar essas questões.

Agência de fomento: CAPES

Bruno Alexandre Cadete da Silva (PPGFIL-UERJ)

Título: “Weber leitor de Maquiavel: do príncipe ao político profissional”

Resumo: Na tradição filosófica, temos os mais diversos exemplos de como a influência dos clássicos persiste através das linhas argumentativas dos seus sucessores. Esses traços revelam que há, de certa maneira, uma sistematização do pensamento, não sendo de fato um saber cumulativo, predeterminado, apodítico, mas sim, uma herança reflexiva que serve de base para aqueles que mantêm em curso a abstração em questão. Na teoria política não é diferente, pois, desde os gregos, mantemos uma linha racional que é responsável por moldar a nossa compreensão de sociedade, servindo de metodologia para a investigação dos conteúdos atuais. Nesse sentido, temos na figura de Maquiavel uma fonte para os mais diversos teóricos, principalmente da teoria/filosofia política. O autor florentino não formou diretamente ilustres discípulos, nem fundou nenhuma escola, mas deu origem a uma nova forma de se pensar a política: através do mais autêntico realismo. Se, de fato, Maquiavel funda essa concepção, não se é permissível preterir que o florentino teve, mesmo que não assumidamente, influência de Aristóteles, principalmente através do livro V de A Política. Maquiavel, assim como todos os outros teóricos, bebeu na fonte dos clássicos - que não foram todos, como dito antes, revelados em sua escrita - como: Platão e Aristóteles, mas reconheceu em suas composições autores como: Xenofonte, Políbio e, principalmente, Tito Lívio. Por outro lado, é notório como a influência de Maquiavel é reconhecida nas obras de autores como: Hobbes, Rousseau, Max Weber, Leo Strauss, entre outros. Cada um desses autores interpretou Maquiavel de acordo com a sua ótica, não havendo uma cristalização de quem o fez mais corretamente, levando em conta que o pensamento de Maquiavel não é facilmente categorizável. Para a nossa pesquisa, vemos, notadamente, que dentre esses teóricos, Max Weber é quem assume, de certa maneira, o legado de Maquiavel. O elo entre esses dois autores pode ser reconhecido em vários aspectos, principalmente no que se refere às suas

interpretações sobre religião e política ou política como religião secularizada. Assim, pretendemos neste ensaio fazer um recorte no que se refere a uma poderosa face da estrutura política de ambos: o poder. Com isso, demonstraremos como o poder atua de acordo com o principal e maior bem social de todos: o Estado. Essa relação será apresentada através da análise de Maquiavel sobre a França de sua época que estava se transformando em um Estado moderno, como também, da sua mais recorrente fonte de estudo: a consolidação de sua própria pátria, a Itália, que se encontrava no momento em que Maquiavel escreve, longe de se tornar uma nação forte e consolidada. Por outro lado, iremos explicar como Max Weber examina a sua nação através do seu estudo sobre o parlamento alemão, tendo assim, uma forte concatenação entre os dois autores. Por fim, se faz necessário a compreensão da noção de domínio que o Estado deve exercer, utilizando de forma exclusiva e legítima, o emprego da força, sendo esse mecanismo utilizado desde os príncipes condottieri italianos até os políticos profissionais alemães que se tornam, após a transição entre o agente dominante para a instituição consolidada, responsáveis por gerenciar, através da burocratização, o Estado moderno e, conseqüentemente, assumir o papel de líder nessa “nova” ordem política.

Caio Cesar do Nascimento Paz (PPGF-UFRJ)

Título: “O uso do corpo ou o escravo como paradigma político”

Resumo: O pensamento de Giorgio Agamben reconta a tradição filosófico-política do ocidente de modo paradigmático. Nesse caso, o paradigma não é um modelo que impõe uma univocidade narrativa ao modo como os problemas filosóficos e políticos nos foram endereçados. O paradigma funciona como um exemplo e, por isso, como sugere a etimologia da palavra, mostra-se ao lado. Isso significa que, no pensamento do filósofo, não se trata de pensar as figuras paradigmáticas como o fundamento obscuro da argumentação e nem as remeter à decisão sobre pergunta: as figuras paradigmáticas são fáticas ou têm apenas uma consistência teórica? O pensamento paradigmático se encontra justamente na possibilidade de não decidir sobre essa questão. Por isso, nas análises que faz, o filósofo italiano torna inteligível aquilo que nos transmite a transmissão da tradição. Esse movimento realizado pelo pensamento agambeniano evoca um retorno ao passado, mas um retorno à contrapelo, em que se haver com o que passou significa não somente constatar uma repetição, mas tornar pensável uma abertura, um pequeno deslocamento, no presente. Paradigma nomeia, então, o gesto agambeniano de tornar visível e inteligível o que a tradição não deixou de repetir para, assim, pensar em um novo uso do que nos foi transmitido. A esse tratamento paradigmático não se furta à questão do sujeito, que aparece nos textos de Agamben de uma dupla maneira: por um lado, é um conceito que influenciou e que foi fundado por uma série de categorias que dão a tônica da política do nosso tempo, por outro, quando deslocado, é a possibilidade de um espaço ético, em que a única tarefa é a exposição da ausência de tarefas a cumprir. Nesse sentido, se a tradição nos transmitiu a noção moderna de sujeito e, a partir dela, deu contorno a uma série de categorias filosóficas e políticas, a expressão “sujeito-ético” nomeia,

justamente, um pequeno deslocamento dessa história. É possível chegar a essa conclusão sabendo que, para Agamben, ético significa precisamente a ausência de tarefas a cumprir. Se isso é verdadeiro, o hífen presente no sintagma “sujeito-ético” é o significante da cisão e da articulação entre uma transmissão que nos ensina o dever de repetir, referida pela palavra sujeito, e um pensamento que se abre àquilo que ainda não se chegou a conhecer, que é a dimensão ética. Nessa perspectiva, Agamben argumenta que a “antropologia” que recebemos como herança da filosofia clássica é modelada por uma concepção de homem livre. Para sustentar esse argumento, ele afirma que Aristóteles desenvolveu sua ideia de homem a partir do paradigma do homem livre, ainda que isso implicasse o escravo como condição de possibilidade. Com isso, os apontamentos agambenianos procuram mostrar que a política ocidental construiu sucessivas concepções de sujeitos políticos que mantiveram recalcada uma “antropologia” do escravo, cuja humanidade Aristóteles nunca procurou negar. Assim, Agamben busca na definição aristotélica de escravo um outro paradigma para a sua ética, na medida em que ele se revela como aquilo que insidiosamente foi esquecido, isto é, recalcado pela tradição política e filosófica do ocidente.

Agência de fomento: FAPERJ

Carina Duarte Blacutt (PPGF-UFRJ)

Título: “Lóri, uma filósofa de Clarice Lispector”

Resumo: O ponto de partida desse trabalho é de que Lorelei, personagem de *Uma aprendizagem* ou *Livro dos prazeres*, romance de Clarice Lispector, é uma filósofa quase conceitual. Trata-se, partindo do princípio da desconstrução, de analisar o que não é fechado, mas apresenta certa arquitetura filosófica. Assim Lóri apresenta sua teoria dos afetos, afirmando o paradoxo e as contradições que se dá propriamente na sua relação com Ulisses, seu namorado. Ao mesmo tempo que a insuficiência das palavras, o estranhamento do mundo e de si mesma, e o paradoxo da necessidade de liberdade simultaneamente à consciência da necessidade do Outro, levam a Lóri definir seus afetos como os fios de ouro que ela mesma fia. Ao assumir a responsabilidade de seus afetos, a filósofa os divide em dois tipos: O gosto de ser ou a liquidez, quando a pessoa se vê como um objeto a ser olhado e encontra no Outro ecos da figura interna, percebendo assim sua existência e um espaçamento da angústia. E, em contrapartida, a *secura* ou negação do ser, quando percebe no Outro a impossibilidade de amor, a humanidade é então morte eterna, o ódio, desespero, na constatação de insegurança e indiferença na relação de si com o Outro. Lóri cria uma arquitetura filosófica dos afetos na subversão da linguagem para se banhar no que há de intermédio entre ela e Ulisses.

Carlota Salgadinho Ferreira (PUC-Rio)

Título: “Considerações de Husserl sobre a importância da epistemologia de Hume para o surgimento da fenomenologia”

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar os aspectos da epistemologia de D. Hume (1711-1776) que E. Husserl (1859-1938) julgava formarem essa conjunção teórica determinante, a saber: i) o seu método exclusivamente naturalista, associado a ii) um critério naturalista de verdade e racionalidade, devido à instituição das disposições psicológicas e naturais do investigador como origem do conhecimento, o que impede que haja um critério de verdade para as teorias externo à natureza, trazendo uma circularidade viciosa à investigação filosófica e uma incapacidade de ser genuinamente fundadora; iii) a validade exclusiva e inquestionada da razão demonstrativa, que destitui a razão indutiva ou empírica de qualquer tipo de validade ou racionalidade, o que torna o pretense conhecimento empírico uma ficção, ou seja, o ficcionalismo como consequência do naturalismo; iv) a impossibilidade de fundamentar uma crença na existência do sujeito que conhece, dos outros sujeitos e do objeto externo, supostos objetos de conhecimento; v) o nominalismo ou a redução do campo do conhecimento às impressões e ideias, em vez da busca pelo que permite uma apreensão daquilo de que se tem impressões e ideias, isto é, o seu objeto e, com isso, uma genuína objetividade do conhecimento.

Agência de fomento: FAPERJ

Cássio Siqueira Figueiredo (PPGF-UFRJ)

Título: “Ontologia e meta-ontologia em Rudolf Carnap”

Resumo: Neste breve artigo pretendo discutir a dimensão ontológica e meta-ontológica presente nas obras de Rudolf Carnap posteriores ao célebre *Der logische Aufbau der Welt*. Nossa discussão, portanto, investigará o conceito de quadro de referência linguístico [linguistic framework], a relação entre questões externas/internas ao quadro de referência e a relação entre diferentes quadros. De início, é necessário apresentar de que forma iremos entender “ontologia”, tendo em vista as inúmeras confusões pelas quais o termo passou na história da filosofia. Para este fim, introduziremos o termo à luz das considerações feitas por Peter Wolfendale acerca deste em *Object Oriented Philosophy: The Noumenon’s New Clothes*, tentando com isso localizar o pensamento ontológico de Carnap no interior da divisão entre metafísica geral e metafísica especial; levando em conta também a rejeição do filósofo à metafísica em sentido forte e sua relação com a análise conceitual enquanto dimensão meta-ontológica. Para Wolfendale, portanto, a maior parte dos filósofos chamados continentais trata a ontologia como discurso do ser enquanto ser (*metaphysica generalis*), cuja articulação demanda uma investigação pelo fundamento de tudo aquilo que é, algo sem o

qual nada vem a ser ou a existir. Por outro lado, a tradição analítica tende a fazer ontologia de maneira mais próxima àquela do conceito de *metaphysica specialis*, o que pode ser considerado como um discurso sobre o ser enquanto totalidade.

Agência de fomento: CAPES

Claudia Castro de Andrade (PPGFIL-UERJ)

Título: “Aspectos filosóficos do antropoceno: o lugar da transmissão cultural em nossas representações simbólicas”

Resumo: O objetivo desse trabalho é discutir a legitimação das atividades humanas num período definido como “antropoceno”, marcado pelo controle da ação humana sobre a natureza, e o papel das narrativas históricas e culturais. Ressalta-se, então, a cultura como adaptação biológica com destaque para o que Cavalli-Sforza chamou de correlação positiva entre “transmissão cultural vertical” e “transmissão cultural horizontal”. Vale, desse modo, ressaltar a seleção cultural do comportamento como elemento fundamental para nossa adaptação biológica. Para alguns filósofos, no entanto, as explicações sobre o desenvolvimento humano seguem um reducionismo genético unidirecional de uma biologia fundada na idéia de um gene exclusivamente operante e determinista. O pressuposto reducionista fisicalista encontra respaldo no chamado “fetiche da quantificação”, de Stephen Jay Gould, cujo pressuposto tem como fundamento a fé na medição e no localizacionismo das condições físicas do homem em detrimento de uma abordagem histórica que considere comportamentos adquiridos por aprendizagem através de gerações levando-nos, assim, à falsa medida do homem. Tenciona-se, portanto, demonstrar como uma era marcada pelo que possa ser materialmente localizável desconsidera evidências históricas e resulta numa compreensão da consciência com base em explicações físicas descaracterizando a cultura e seu valor para a formação de nossas representações simbólicas.

Daniel Peluso Guilhermino (FFLCH-USP)

Título: “A noção de conteúdo não conceitual sob a ótica da fenomenologia de Husserl”

Resumo: A leitura conceitualista de Kant realizada por McDowell em *Mente e Mundo* atravessou as fronteiras da filosofia analítica atual e alcançou a fenomenologia de Husserl, trazendo à tona um debate interpretativo em torno da sua teoria da percepção primeiramente apresentada em *Investigações Lógicas*. Seguindo a interpretação de Cobb-Stevens, alguns comentaristas defendem que Husserl amplia o domínio do entendimento de modo a abarcar nele a intuição, tomando esta última, portanto, como uma realização já conceitual – o que endossaria a tese conceitualista. Outros comentaristas, por sua vez, seguem a leitura realizada

por Mulligan, de acordo com a qual Husserl distingue o ver nominal-proposicional do ver simples-direto de particulares, o que traria à doutrina de Husserl a exigência de uma intuição de particulares livre do exercício de conceitos e do concurso de palavras (uma leitura não-conceitualista, portanto). Pretendemos, partindo dessa disputa interpretativa, apresentar uma chave de leitura da teoria da percepção de Husserl que a coloque em diálogo com o debate em torno do conceitualismo. Nossa hipótese é a seguinte: a teoria de Husserl desfaz um prejuízo de base que está presente na tese conceitualista, qual seja, o prejuízo davidsoniano segundo o qual somente crenças desempenham um papel justificatório no conhecimento, não subscrevendo, portanto, a tese de McDowell de que se a experiência empírica é possível, então a percepção deve residir no espaço das razões.

Agência de fomento: FAPESP

Daniele Pacheco do Nascimento (PPGLM-UFRJ)

Título: “Provisória ou par provision? Uma análise sobre a Moral proposta por Descartes, na Terceira Parte do Discurso”

Resumo: Muitas análises sobre a Moral cartesiana, na Terceira Parte do Discurso, envolvem a investigação acerca de duas possibilidades: ela seria par provision ou provisória? No primeiro caso estaríamos falando de uma moral que deve ser usada todas as vezes que se precisa dela e, assim, as máximas expostas seriam usadas sempre que se houvesse dúvidas acerca de como se agir moralmente. No segundo caso, estaríamos falando sobre uma Moral para ser usada até que se houvesse outra pronta, a definitiva. Um dos fatos que indicam que Descartes tenha estabelecido uma Moral provisória no Discurso é a sua afirmação, nos Princípios, de que a Filosofia é como uma árvore. Assim, suas raízes seriam a Metafísica; o tronco a Física; e os galhos, as outras ciências (Mecânica, Medicina e Moral). A mais elevada, diz o filósofo, é a Moral: ela pressupõe que se conheça inteiramente as demais ciências. Logo, a Moral é distinta, pois é o grau mais alto – o último, diz Descartes – da sabedoria. No entanto, Descartes não chega a elaborar um tratado sobre a Moral, ademais ele é categórico ao afirmar que não damos conta, dada a nossa finitude, de um inteiro conhecimento acerca das coisas e, ainda mais, ele conclui na Quarta Meditação, que em função das questões Metafísica e Epistêmica (compatíveis e complementares na análise do erro), nós humanos somos os seres que podem no máximo evitar errar, mas que o erro não pode ser eliminado no que nos diz respeito. Então seria a Moral cartesiana uma moral par provision?

Agência de fomento: FAPERJ

Davi da Silva San Gil (PPGFIL-UERJ)

Título: “Os marinheiros de Neurath e Quine: algumas anotações sobre os distintos usos de uma metáfora”

Resumo: O programa do filósofo Willard Quine de uma epistemologia naturalizada consagrou o filósofo entre os proponentes daquilo que a história da filosofia da ciência veio a consagrar notadamente como “pós-positivismo”. O principal – ainda que não único – objeto de sua crítica era, àquele momento, algo a que genericamente se denominou positivismo lógico. Por isso mesmo, é especialmente interessante o fato de que, na exposição de sua própria posição, Quine se apropriou justo da chamada “metáfora do barco” de autoria do sociólogo Otto Neurath – um dos mais importantes membros do círculo de Viena, que por sua vez consistiu no principal representante do positivismo lógico da primeira metade do último século. Nosso trabalho, por sua vez, consiste em um estudo comparativo do programa naturalista de Otto Neurath em duas frentes: a primeira delas, confrontando-o com seus colegas do círculo vienense, especialmente o filósofo Rudolf Carnap e o físico Moritz Schlick. Nesta parte da exposição, nossa intenção é mostrar uma imagem um tanto mais rica do próprio positivismo lógico, um movimento filosófico cuja atividade consistia não em uma proposta unívoca de teoria da ciência, mas em colocar jogo a própria conceituação dos limites entre ciência e metaciência e o estatuto epistemológico das teorias científicas. No segundo momento da nossa comunicação, apresentaremos a tese de Thomas Uebel, segundo o qual é possível extrair das ideias de Neurath um programa naturalista que, ao mesmo tempo que antecipa em algumas décadas as ideias de *Epistemology Naturalized*, responde de uma maneira distinta ao desafio proposto por qualquer teoria anti-fundacionista: como legitimar a ciência. A apresentação será encerrada com uma avaliação da tese de Uebel, assim como a sua compatibilidade com as ideias de Neurath e algumas observações complementares.

Davison Roberto de Paula (PPGF-UFRJ)

Título: “Genealogia e niilismo: da subversão crítica ao triunfo das forças reativas”

Resumo: Em *Ecce Homo*, Nietzsche manifesta a dupla tarefa de sua filosofia: o dizer e fazer o sim e o dizer e o fazer o não. Neste sentido, a obra *Genealogia da Moral* aparece como a parte negativa de sua filosofia enquanto se apresenta como a crítica do valor dos valores vigentes. Neste trabalho pretendo investigar o conceito de genealogia enquanto método filosófico e obra na historiografia de Nietzsche e a sua relação com o advento e triunfo do niilismo, questão fundamental no pensamento filosófico do século XIX, da qual Nietzsche é o médico que melhor identifica a doença da modernidade e que tenta nos oferecer um antídoto.

Agência de fomento: CAPES

Deysielle Costa das Chagas (PUC-Rio)

Título: “A noção plotiniana do Uno-Bem à luz das doutrinas médio-platônicas”

Resumo: Mesmo considerando-se somente um exegeta de Platão, é comumente reconhecido que Plotino diferencia-se das teorias até então conhecidas especialmente pela sua doutrina do Uno-Bem. É a partir desta doutrina que Plotino consolida-se na história da Filosofia como precursor do Neoplatonismo, afirmando que o princípio, o fundamento e a finalidade de toda a realidade é algo primordialmente unitário e absolutamente simples, algo que ultrapassa todo ser e de toda essência e que está para além da possibilidade de pensamento. Sabemos que a questão acerca da unidade das formas e a relação delas com a realidade sensível, tema caro ao pensamento platônico, é tratada por vezes pelos próprios personagens dos diálogos de Platão de maneira crítica. Temos no diálogo Parmênides o problema da impossibilidade da relação entre a realidade sensível e as formas, quando estas são concebidas enquanto unidades, sendo elas em si e por si. A segunda parte deste diálogo, composta pelas hipóteses acerca da unidade e suas relações, demonstra a imensa complexidade deste problema. É a herança deste problema da unidade, através de uma interpretação singular dos diálogos platônicos, que possibilita Plotino desenvolver sua concepção de Uno-Bem. Porém, como pano de fundo, temos um período histórico pouco lembrado, marcado entre a segunda metade do séc. I a.C. e o séc. II d.C., no qual encontram-se os filósofos médio-platônicos. Este filósofos, apesar de negligenciados no estudo da história do pensamento ocidental, contribuíram significativamente na retomada do aspecto transcendente frente as filosofias materialistas que dominavam as discussões de então. Este trabalho objetiva, portanto, investigar a herança do problema platônico da unidade de princípio incorporado ao desenvolvimento da doutrina do Uno-Bem de Plotino à luz das doutrinas filosóficas presentes no médio-platonismo – sobretudo de Eudoro de Alexandria e Numênio de Apaméia – que dispuseram elementos essenciais para a “revolução” da metafísica antiga realizada por Plotino.

Agência de fomento: CAPES

Diogo Silva Corrêa (PPGFIL-UERJ)

Título: “Espectros estéticos da *différance* na corporeidade: rastros de movimentos ‘corpóreos’ de ‘não-cidades’ a partir dos operadores da desconstrução na arquitetura em Jacques Derrida”

Resumo: A presente apresentação trata argumentos gnosiológicos e estéticos sobre questões da desconstrução e a corporeidade na atualidade, seus rastros e espectros, a partir dos deslocamentos operados por Jacques Derrida, se valendo de estudos da arquitetura contemporânea, interpretações desconstruídas, deixando, intangíveis e imprevisíveis, penumbras de práticas corporais diferenciadas no jogo de ausência e presença em meio aos

espectros e fantasmas ocupados tendo em vista os estudos da cultura corporal mediante questões como espaçamento e temporalidade. Portanto, uma demarcação de uma história da escrita filosófica sobre a desconstrução e corporeidade se faz pertinente, sendo assim, a problemática perpassa, por um modo de entendimento derridiano acerca dos escritos platônicos e nisso, de acordo com essa cultura filosófica apresentada, se depreende o marco sobre as ideias do corpo. Em meio a isso, as exposições sobre o corpo máquina por parte da ciência cartesiana que envolveu a modernidade, deixou aspectos em uma metafísica inserida e travestida em teorias de conhecimento. Estas constatações são de suma importância para os desvios das investigações filosóficas sobre do corpo declinados da ciência para as veredas estéticas com o advento das contribuições fenomenológicas. Logo, os estudos da desconstrução sobre corpo vão permitir, também no âmbito filosófico a tratarmos de outras perspectivas da corporeidade. Isto porque a ciência cartesiana foi sofrendo profundos abalos, juntamente com as sistemáticas filosóficas, também de viés cientificista. O viés metafísico contribuiu muito para isso. Foi com Martin Heidegger, nos valendo de Derrida, que o ser ôntico do Dasein, provoca um movimento interno com relação aos estudos do Ser. E com o ser no mundo as possibilidades da corporeidade, a partir de uma fenomenologia do corpo, incluso pelo filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, se fazem presentes no viés artístico e estético. Nessas, o movimento corporal não é mais restrito aos estudos biológicos, fisicalistas e científicos. As práticas corpóreas, por exemplo, das culturas populares, se sinalizam. Porém, os estudos ônticos sobre o mundo, para Derrida, também não se libertam da tradição metafísica, logo, os estudos de Heidegger e suas influências fenomenológicas por parte de Merleau-Ponty se referem a essas conexões. Os estudos derridianos a partir de Husserl são pontes para acontecerem as desconstruções que vão invadir o cenário estético filosófico, o que deixarão rastros e traços sobre a *différance* na corporeidade contemporânea. Deste modo, a arte arquitetônica na contemporaneidade, desconstruída, pelas interpretações derridianas, deixam espectros para a presença e ausência de diferentes práticas corporais vistas como arte e descritas na estética filosófica. Deslocando a ideia de lugar, espaço e tempo. Fazendo sentir as sombras das ocupações de “não-cidades”. A arte e a estética filosófica, na desconstrução derridiana, se perpetua no mundo atual sem necessidade de identidade e formato definido, o que também se abre para as diversas relações de linguagens culturais e artísticas. Isto porque, o problema estético no mundo contemporâneo vive os paradigmas desse momento, algo onde o imprevisível e o intangível tem grande destaque, em que as interações locais não tem obrigações de seguirem as antigas leis universais, que eram, universalização de alguns conjuntos de comportamentos que, foi se impondo com relação a todas as outras, sendo o problema do logocentrismo, o que, no que tange os estudos sobre o movimento corporal se fazem presente com as práticas corporais eurocêntricas e se tratando da arquitetura, um modo de ciência que impõem um modo tradicional de alinhar um espaço, tempo e lugar nas suas produções.

Agência de fomento: FAPEMA

Eduardo Eudes Prazeres Lopes Junior (PPGFIL-UERJ)

Título: “Seria o contexto parte da mensagem?”

Resumo: Historicamente o modelo positivista viu o seu próprio esgotamento, e as suas teses (em especial aquelas que serviram de base para o racismo dito “científico”) são raramente levadas a sério, de modo que se tende a aceitar como válido o princípio da liberdade de ação humana, como defendido pelos filósofos existencialistas, em detrimento de uma noção de contexto determinístico. Esta tendência, contudo, tende a deixar em segundo plano um problema importante: qual é, então, o papel do contexto na construção de significado? Como deve ser levado em conta na interpretação daquilo que é analisado? A ideia de que o contexto determina os destinos pessoais já foi, ao menos na maior parte dos casos, descartada, mas junto com ela parece ter ido, também, a ideia de que a compreensão dos contextos (históricos e culturais, por exemplo) são parte constituinte do significado das obras e imprescindível para a sua interpretação, de modo que a tendência na interpretação filosófica parece ser hoje a defesa das teorias de recepção (e as ficcionalistas) em detrimento das teorias factualistas. Pretende-se esclarecer de que modo é possível outra compreensão de contexto, diferente daquela dos positivistas, pode ser útil como um dos elementos de fundamentação da tarefa de interpretar, assim como compatibilizar esta prática com o princípio de liberdade, como defendido pelo existencialismo do Século XIX, com atenção especial para as obras de Kierkegaard e Dostoiévski.

Agência de fomento: CAPES

Elton de Abreu Freitas (PPGFIL-UERJ)

Título: “Os limites da teodiceia agostiniana na resposta ao problema do mal”

Resumo: O problema do mal é um assunto que desafia tanto a filosofia como a teologia. A problemática do trilema de Epicuro (Se Deus é incapaz de prevenir o mal, então ele não é onipotente; Se Deus não deseja prevenir o mal, então ele não é onibenevolente; Se Deus deseja e é capaz de prevenir o mal, então por que o mal existe?) com sua tríade inconsistente deixa-nos com a questão de que alguma das proposições não está correta ou precisa ser modificada. Santo Agostinho, em sua resposta ao problema, e procurando preservar os predicados divinos (onipotência e onibenevolência), aborda o mal como privação do bem, que decorre do mau uso no homem de sua capacidade de livre arbítrio, este que é um grande bem concedido por Deus ao mesmo. Santo Agostinho afirma que ao preferir os bens criados e finitos, o homem subverte a sua tendência para o bem supremo, Deus, e acaba por incorrer em uma escolha errônea na ordem das coisas, dando assim origem ao mal (moral). Ao fim e ao cabo, para Santo Agostinho é o mal moral que está na base do pecado original, corrupção que se mantém no corpo e alma do homem devido à primeira mácula, esta que não teve outra

causa que não o alvedrio desviante. Tentaremos, na apresentação do nosso trabalho, expor os limites e algumas das principais críticas à teodiceia agostiniana.

Esdras Costa Bento Junior (PPGFIL-UERJ)

Título: “A metafísica ocidental e o jogo de estruturas coercitivas”

Resumo: A comunicação consiste em uma tentativa de pensar a metafísica ocidental, seu jogo e estrutura como operadora e cúmplice de estruturas coercitivas como o Estado, Patriarcado, Colonização, Fascismo, Eurocentrismo e o Capitalismo. A partir das críticas de Jacques Derrida à metafísica ocidental, discutiremos até que ponto elas coadunam com suas denúncias a essas estruturas hegemônicas. Para essas questões, os problemas que Derrida coloca a respeito da hospitalidade mostram como uma estrutura pode ser coercitiva em relação com o outro, com a alteridade e de que forma há uma violência, um certo apagamento do outro. Com que instrumentos e dispositivos operam estruturas hegemônicas em relação com a alteridade, com as margens, com o exterior, o fora? Tentaremos entender em que medida o jogo da metafísica ocidental edifica estruturas coercitivas nas operações em relação com a alteridade.

Estela Maria de Carvalho (PPGFIL-UFRRJ)

Título: “Análise dos mecanismos de enfrentamento à violência a partir de uma visão histórico-filosófica”

Resumo: A violência escolar é um problema que remonta a vários períodos da história da educação brasileira. No entanto, nos últimos tempos, de acordo com pesquisas realizadas por diferentes fontes, sua proporção intensificou de maneira a ser considerada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, ONU, como um dos desafios educacionais contemporâneos, concentrando assim seus esforços para colaborar com as escolas nas estratégias de enfrentamento. No que se refere às estratégias de enfrentamento, até o presente momento não há um padrão normativo específico que delimite estes mecanismos destinados à redução da violência, o que encontramos são documentos que atuam como diretrizes ou elementos norteadores abordando generalizadamente a questão. Baseado nessa premissa, os diferentes sistemas de ensino possuem autonomia para desenvolverem e realizarem suas estratégias a fim de minimizar o máximo possível a problemática nos espaços formais de aprendizagem. Porém, essa ausência de documentos normativos específicos, aliada aos resultados negativos das inúmeras estratégias e ao aumento da violência, leva-nos a questionar se alguns dos mecanismos utilizados pelas escolas além de se mostrarem ineficazes, em certos casos, até agravam a situação. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo realizar uma breve reflexão acerca dos mecanismos de vigilância

e punição destinados ao combate da violência escolar no interior das instituições de ensino, tanto entre alunos como entre docentes e discentes, tomando como base e referencial teórico a concepção filosófica de Michel Foucault. A seleção do referencial permite analisar o objeto de estudo, que são as relações interpessoais desenvolvidas no ambiente escolar, para além dos discursos com teor marxista pautados em lutas de classe e desigualdades socioeconômicas, oferecendo assim, um enfoque amplo sobre os diferentes tipos de estratégias utilizadas no enfrentamento da violência.

Fabrcio Santiago Almeida (PPGFIL-UERJ)

Título: “Estética e vontade de potência em Nietzsche: um olhar a partir de Heidegger e Müller-Lauter”

Resumo: O objetivo deste trabalho é tentar demonstrar a concepção de estética como fisiologia da arte em Friedrich Nietzsche. Pretende-se investigar a condição de embriaguez, imbricada ao estado dionisíaco que, para Nietzsche, é a condição primordial de estímulo da criação artística, e conseqüentemente, da própria vontade de potência do sujeito. A proposta dispõe-se a pôr à prova a hipótese de que a significação mais profunda da estética fisiológica em Nietzsche pressupõe um redirecionamento dos estados internos de tensão de nossos impulsos, impelindo-nos justamente à outras possibilidades de sublimação das energias vitais, conforme os comentários de dois filósofos da obra nietzscheana, à saber, Heidegger e Müller-Lauter. Enseja-se neste trabalho elucidar que a questão da estética enquanto um processo orgânico do ente, portanto, fisiológico, pensada por Nietzsche se baseia numa expressão da vontade de potência. Nesse sentido, a formalização do expediente teórico do filósofo compreende a estética enquanto uma derivação da vontade de potência. É nesse mesmo trilho que caminha o comentário de Heidegger. Tanto assim que, ao tratar da relação entre estética e fisiologia, o filósofo alemão empreende uma cuidadosa análise da questão e reafirma o papel fundamental da embriaguez: “O estado estético fundamental é a embriaguez que pode ser, por sua vez, uma embriaguez condicionada, disparada e promovida de maneiras diversas” (2007.p. 89,). Ou, como diz o próprio Nietzsche (1974, p.67): “Para haver arte, para haver alguma atividade estética, é indispensável uma pré-condição fisiológica: a embriaguez”. Ao artista, fica o condição de criação a partir dos impulsos, pois estes, segundo Müller-Lauter, “assume a cada vez o domínio no interior do conjunto de uma multiplicidade” (2009.p. 51). Estimulado por tais comentários, pretende-se neste trabalho então refletir em profundidade como a estética fisiológica pode ser uma preciosa trilha para a compreensão da estética e da fisiologia da arte em Nietzsche.

Felipe Araujo Fernandes (PPGF-UFRJ)

Título: “O filósofo como um artista marcial: como aprender a enfrentar nossos adversários-problemas ?”

Resumo: Nosso objetivo é fazer um diálogo entre filosofia e artes marciais. Para tanto é preciso combater a ideia de que a filosofia é uma atividade meramente teórica. Nossa tese é o contrário: a filosofia é uma atividade prática, voltada para resolver os problemas reais da vida. A ideia de filosofia como uma atividade meramente reflexiva serve a interesses muito específicos; de manter as estruturas de poder intactas. Entendemos que a filosofia é tão prática (ou deveria ser) quanto às atividades físicas. Assim, apresentamos a atividade filosófica como uma espécie de arte marcial, uma vez que ela possui essa dupla natureza: a artística e a combativa. Nesse sentido, concordamos com Deleuze quando sugere a atividade filosófica como sendo criação de instrumentos de combate. A partir desse pressuposto iremos apresentar alguns conceitos sofisticados que podem ser extraídos de filosofias muito antigas, presente nas artes marciais, em especial a Capoeira e o Kung Fu, e que são muito pouco exploradas academicamente. Para apresentar essa filosofia que enfrente seus adversários-problemas recorreremos a importantes conceitos, tais como: defesa e ataque, força e resistência, tática e estratégia, linha central, mandragema, volta ao mundo e muitos. Defendemos, portanto, uma filosofia que não fuja da vida, mas que a afirme, uma filosofia criadora e inventiva, uma filosofia combativa, que enfrente os problemas reais que se colocam diante de nós. Uma filosofia que seja artística e marcial.

Agência de fomento: CAPES

Felipe Augusto da Fonseca Ribeiro (PPGFIL-UERJ)

Título: “O êxtase como possibilidade de crítica da filosofia e da religião em Bataille e Bastide”

Resumo: Este trabalho pensa as proximidades e os distanciamentos das visões de Georges Bataille e de Roger Bastide sobre o êxtase. Na obra "A experiência interior", Bataille faz significativas reflexões sobre o êxtase, além de críticas à filosofia e às religiões estabelecidas. Assim, tomando o não-saber como sujeito e o desconhecido como objeto, Bataille buscou ir além da experiência dos filósofos e dos místicos, pois eles estavam presos aos conceitos e aos dogmas, o que não deve ser um limite para o que ele chamou de experiência interior. Já Bastide, no ensaio "O Sagrado Selvagem", apresenta uma reflexão sobre a morte dos deuses institucionalizados, o que contrasta com a potência instituinte do sagrado selvagem que dilata-se sempre adiante, arredio a qualquer forma de dominação. Se há evidentes proximidades entre a visão da crise religiosa e da possibilidade de experiências livres dos dogmatismos nos dois autores, também há importantes distinções a serem feitas entre suas

concepções sobre a experiência interior e o sagrado selvagem. Pois, enquanto Bataille almeja permanecer nesse movimento sem fim do êxtase, Bastide vê na revolta do sagrado selvagem os limites de um pensamento circunscrito às limitações humanas, sempre distantes de um Sagrado em estado puro. Assim, é transitando entre o estabelecido e a mudança que esse trabalho quer pensar a possibilidade de novas experiências que possam ir além do limitado, refletindo, enfim, sobre o que pode o êxtase.

Felipe Ayres (PPGLM-UFRJ)

Título: “Brilhante razão, desejo vergastado: a alma e os seus conflitos no Fedro”

Resumo: Nesta fala, apresentarei um pouco da psicologia descortinada por Platão no seu Fedro, para problematizar a solução lá encontrada para o que seriam os conflitos internos do ser humano. No diálogo em questão, Sócrates narra um mito, em que compara a alma à força conatural de cavalos e condutor alados (ἔοικέτω δὴ συμφύτῳ δυνάμει ὑποπτέρου ζεύγους τε καὶ ἡνιόχου – 246a5-6). Por meio dessa comparação, a inteligência (νοῦς), identificado ao condutor, é figurada em uma posição hierarquicamente superior às demais funções ou poderes da alma, as quais seriam identificados aos cavalos. O que é surpreendente nessa hierarquização é o quanto a imagem é eloquente ao figurar o quão violenta a razão pode ser na contenda com as outras forças psíquicas, em nome da boa condução da alma. A figuração detalhada da contenda deflagrada pelos primeiros agulhões do amor na alma (253e5-254e9) apresenta um contraste inesperado. Para controlar o cavalo indômito, insensível às sugestões que o condutor lhe comunica ao manusear as rédeas (ao contrário do cavalo dócil), o condutor recorre às mais extremadas violências, em uma cena particularmente sanguinolenta, capaz de rivalizar com uma vasta tradição literária famosa precisamente pelos seus campos de batalha e praças públicas pululados por cadáveres dilacerados. O cavalo indômito, embora também seja partidário do uso da força, mostra-se disposto a dialogar com o cocheiro e tentar estabelecer uma efetiva concórdia (ὁμολογήσαντε – 254b2; ὁμολογίαν – 254d2), a fim de não mais ser vergastado pelo cocheiro ao ir empós daquilo que não só ele, como o outro cavalo e o próprio cocheiro, desejam, a saber, o prazer sexual advindo da cópula com o jovem belo recém avistado. Fatalmente, no caso das almas de amantes verdadeiramente filosóficos, o látego prevalecerá sobre as palavras, e a inteligência refreará a única parte da alma, à qual, durante o mito, é atribuído explicitamente o uso do discurso ou λόγος (ἐπὶ τοὺς αὐτοὺς λόγους – 254d5-6). Ao reconstruir essa cena com maior vagar, não espero questionar a viabilidade do que seria o “projeto ético” platônico, a saber, o comando da alma pela razão, mas problematizar o seu custo. O que significa uma razão violenta diante de um desejo ardiloso? O que exatamente nos tornamos ao, enquanto filósofos (ou pelo menos platonistas), reclamarmos o jugo racional para a condução da verdadeira “boa vida”?

Agência de fomento: CAPES

Felipe Ramos Gall (PUC-Rio)

Título: “Aristófanes e os perigos da democracia”

Resumo: Das onze comédias supérstites de Aristófanes, “Cavaleiros” é a peça com maior teor político. A peça, vencedora do concurso das Leneias em 424 a.C., tem como principal questão a demagogia e os perigos por ela acarretados, ou melhor, o perigo constante da democracia em sua vigência, que é o de se degenerar em demagogia. O general Cléon, figura importante durante a Guerra do Peloponeso, era o alvo preferido de Aristófanes, sendo alvo de invectivas já em “Acarnenses”, peça apresentada no ano anterior à “Cavaleiros”, como também em “Vespas” e “Paz”, peças posteriores. Contudo, é em “Cavaleiros” que Cléon é satirizado como a própria demagogia encarnada, na figura de Paflagônio, escravo bajulador de seu amo Demos, o povo. Como Aristófanes já havia afirmado na parábase de “Acarnenses” que também compete a comédia tratar do que é justo, vemos em “Cavaleiros” a potência reflexiva da crítica cômica, exagerando os aspectos da realidade política de seu tempo de modo a tornar visível, ou dar maior clareza, às suas contradições e riscos. Desse modo, o presente trabalho intenta, primeiramente, em resumir brevemente os pontos centrais da peça “Cavaleiros”, para, em segundo lugar, deter-se mais pormenorizadamente na caracterização de Cléon enquanto demagogo, de modo a ressaltar os danos causados pela demagogia que se disfarça de democracia.

Agência de fomento: FAPERJ

Felipe Sávio Cardoso Teles Monteiro (PPGFIL-UERJ)

Título: “Caminhos para uma ética do cuidado ambiental: diálogos entre a filosofia de Hans Jonas e a psicologia ambiental”

Resumo: Será apresentado no presente trabalho a teoria da vida de Hans Jonas e como ela se tornou imprescindível para a elaboração da nova ética do futuro, proposta no “Princípio da Responsabilidade”, assim como os elementos que se fazem necessários para que essa ética baseada na responsabilidade se torne possível. Para isto se torna indispensável discutir os pressupostos teóricos de Jonas, através da construção de uma subjetividade ambientalizada para as novas gerações. Ele afirma que o valor de algo só é percebido quando está ameaçado de extinção, em que ele utiliza o termo extinção o motiva usar ameaças (a heurística do temor), uma espécie de catástrofe da modernidade. Ele considera que devemos modificar comportamentos do homem antes que seja tarde demais. Se não, o potencial desaparecimento da espécie humana se tornará uma destruição real e irreversível (JONAS, 2006). Várias áreas do conhecimento, como filosofia e ecologia, adotaram os conceitos de Jonas para adaptá-la ao objeto de seu estudo, para possíveis diagnósticos e saídas acerca da problemática ambiental. Iremos dialogar com a psicologia neste trabalho pois, o lugar do humano e sua respectiva

subjetividade perante a natureza é indispensável; Logo, é necessário ter uma visão clara da concepção de Jonas sobre o homem. É necessário que a responsabilidade individual seja ampliada para a responsabilidade coletiva, e que essa responsabilidade seja estendida ainda mais para as futuras gerações. A integração de preocupações ecológicas, da ética social, psicológica e política é fundamental para um maior diálogo entre as sociedades. O objetivo central deste trabalho é, portanto, discutir através do “Princípio da Responsabilidade” e do “Princípio vida” de Hans Jonas uma nova discussão dos seus conceitos dialogando com os princípios subjetivos do ser e suas possíveis modificações perante a natureza. Partiremos de uma base filosófica e, posteriormente, adotaremos um ponto de vista psicológico. Nossa principal tarefa será analisar o lugar da subjetividade no universo de Jonas e suas relações com uma área chamada psicologia ambiental. Para tanto, adotaremos leituras, através do espectro da natureza e da responsabilidade. Vamos mostrar que o homem no sistema de Jonas está dividido entre os dois lados do seu destino (ele é um ser da natureza e um ser responsável). A questão que tentaremos resolver é: como um comportamento responsável pode salvar uma natureza finita? A este respeito, Jonas formula uma natureza de colocação imperativa sob a responsabilidade do homem e de sua subjetividade, em que ele percebe a natureza como frágil. Na primeira parte deste trabalho (Capítulo I. Princípio Vida), veremos como Jonas entende a natureza, para uma conceituação citando o fenômeno vida para compreendermos o que ela significa e onde se inicia, passando pela compreensão do autor sobre a liberdade da vida; o surgimento do espírito na matéria; os perigos nascidos da liberdade que encontra-se em seu grau máximo no ser humano e que através do poder localizado na categoria da decisão, pode optar por ser uma decisão ética ou não ética, e sendo não ética constitui um perigo ameaçador, com a utilização do poderio da técnica moderna. Tal discussão possibilitou o autor de promover um debate acerca da responsabilidade que temos perante os perigos da nossa sociedade com a natureza. Na segunda parte (Capítulo II. Princípio da Responsabilidade), serão discutidos os principais tópicos formulados por Hans Jonas para articular a sobrevivência física e espiritual da humanidade para a busca de uma ética para a civilização tecnológica que propaga na sociedade. A partir de um ponto de vista ontológico, Hans Jonas retoma as questões sobre a relação entre ser e dever, causa e finalidade, natureza e valor. Busca ultrapassar o subjetivismo dos valores para fundamentar no ser o dever do homem moderno. Certas transformações em nossas capacidades, ele diz, acarretaram uma mudança na natureza do agir humano. E, já que a ética tem a ver com o agir, a natureza modificada do agir humano também impõe uma modificação na ética. No pensamento tradicional, a presença do homem no mundo era um dado primário e indiscutível, de onde partia toda idéia de dever referente à conduta humana. Agora, essa presença tornou-se, ela mesma, um objeto de dever, o dever de conservar o mundo e preservar as condições dessa presença. Em seguida, na terceira parte (Capítulo III. Caminhos para uma Subjetividade Ecológica) estudaremos o lugar do humano no universo de Jonas, bem como o mundo técnico em que ele evolui considerando a responsabilidade como uma definição da pessoa. E finalmente, a responsabilidade será analisada como meio de evitar uma catástrofe ecológica e humana realizando um diálogo teórico com a psicologia ambiental, propiciando uma maior ênfase acerca dos comportamentos ecológicos responsáveis.

Irlim Corrêa Lima Junior (PUC-Rio)

Título: “Automatus sive Natura: sobre os dons e as próteses da vida em Homero e Hesíodo à luz da questão da técnica em Heidegger”

Resumo: Inteligências artificiais, robôs e ciborgues impregnaram a literatura de ficção científica universal, atravessando gerações, transformando-se em realidade no estágio tecnologicamente avançado de nossa atualidade e projetando-se como as principais tendências de desenvolvimento do nosso porvir, o que causa um misto de expectativa e receio. Objeto mesmo de atração e terror, o autômato, ancestral dos modernos androides cibernéticos, figura desde os primórdios da literatura ocidental, rondando a épica de Homero, tanto a *Iliada* quanto a *Odisseia*, com seu fascínio e espanto – despertando o *thaûma* entre os deuses, como diz Homero. Com efeito, os trípedes criados por Hefesto – divindade do saber técnico – que servem aos deuses, são descritos como objetos autômatos, que se assemelham à vida. Nos *Trabalhos e os dias*, de Hesíodo, o vocábulo autômato qualifica a espontaneidade em que crescem os dons da terra para nutrir os homens divinais da idade de ouro, como também a ocorrência contingente e inesperada dos males que, saídos da caixa de Pandora, doravante grassarão pelo mundo. A palavra autômato significa aquele que é capaz de se mover por si mesmo, o que dá ensejo, de Homero a Hesíodo, à palavra se bifurcar em direções a princípio antagônicas: à ideia de espontaneidade, ligada ao acontecimento da *phýsis*, de algo que cresce, se move ou se produz naturalmente, sem a intervenção de um agente externo; e também à ideia de um dispositivo mecânico, um mecanismo, dotado de funções específicas e controladas, de modo a concluir a performance por um circuito programado. Perseguindo o rastro de Heidegger quando este afirma que a essência da técnica, designada por *Gestell* (passível de ser traduzida, entre outras coisas, como composição), constitui uma imposição de domínios, explorações, ritmos desenfreados, imperativos e relações que são absolutamente antinaturais e desmedidos, é da intenção de nosso trabalho refletir sobre essa ambivalência do autômato – no qual a técnica emula e simula a vida –, cujo espectro semântico alude ao dom e ao domínio, ao espontâneo e ao automotivo, ao natural e ao mecânico. Se a composição do autômato da tecnologia moderna é possível, não seria por que reside desde os instantes iniciais em que ele foi sonhado uma decomposição do espontâneo e da dádiva, forjando na imaginação simulacros que transformam a matéria bruta em movimento vivo auto-realizável, a ponto de se espantarem seres humanos e se fascinarem os deuses? Não residiria nesse domínio sobre a natureza uma radical transgressão provocada por um terrível poder “heféstico” da técnica, tal como expressa por Nietzsche em *A genealogia da moral*: “*Hýbris* é hoje nossa atitude para com a natureza, nossa violentação da natureza com a ajuda das máquinas e da tão irrefletida inventividade dos engenheiros e técnicos [...]”.

Agência de fomento: CAPES

Jefferson Lopes Ferreira Junior (PPGF-UFRJ)

Título: “Espaço e aprimoramento humano à luz da perspectiva dos funcionamentos”

Resumo: Graças aos enormes avanços tecnocientíficos ocorridos nas últimas décadas, os seres humanos adquiriram uma extraordinária capacidade de intervenção na natureza. Estes avanços estão revolucionando nossa forma de nos compreendermos enquanto indivíduos e de nos relacionarmos com o mundo, de modo a fazer urgir, ao menos no ocidente, a necessidade de reformularmos nossas instituições há tanto estabelecidas. Naturalmente muitos desses novos saberes envolvem o corpo vivo, humano e não-humano, mas ao utilizarmos essas biotecnologias para intervir no desenvolvimento humano, muitas vezes sobre um pretexto de ‘aprimoramento’, acabamos esbarrando em inúmeros dilemas éticos e políticos. É da necessidade de prover respostas a esses dilemas o porquê da crescente discussão em torno do chamado aprimoramento humano. O que se pretende com a pesquisa a ser apresentada é, em primeiro lugar, ampliar e precisar tanto quanto for possível o escopo das técnicas consideradas de aprimoramento humano. Em segundo momento, mostrar como um importante ator do processo de formação dos indivíduos, o espaço, tem sido recorrentemente negligenciado na maior parte dos debates sobre o tema. À luz da Perspectiva dos Funcionamentos operaremos uma desconstrução do conceito de aprimoramento humano, de modo a mostrar que está baseado numa falsa premissa metafísica – a crença em uma natureza humana –, para propormos uma concepção mais abrangente e coerente com a realidade. Com isso, seremos capazes de borrar os limites entre o natural e o artificial, o humano e a máquina, a carne e o plástico e etc., permitindo que ampliemos nossa discussão e incluamos técnicas e saberes para além das intervenções high tech já consideradas na discussão contemporânea dessa questão. Isto posto, passaremos à análise do modo com que a constituição do espaço, aqui tratado em sua acepção geográfica-arquitetônica, influencia na formação dos indivíduos, humanos e não-humanos, agindo diretamente sobre: a possibilidade de realização de funcionamentos básicos, principalmente para os seres não-humanos; a eleição dos valores, tanto individuais como coletivos; a elaboração de projetos de vida e na definição do que virão a ser considerados como funcionamentos básicos. Por termos como paradigma ético a Perspectiva dos Funcionamentos, defender-se-á que é um dever moral que a construção dos espaços, em todas as escalas, isto é, dos pontos de ônibus às cidades, se dê de modo a promover o florescimento dos indivíduos, respeitando seus funcionamentos básicos e estimulando valores e modos de vidas que sejam os mais coerentes possíveis com nossos princípios morais. Para a realização da pesquisa utilizaremos referenciais teóricos da geografia e da arquitetura, além, é claro, da filosofia. A ideia de utilizar métodos e teorias da arquitetura na análise filosófica não é nova, já tendo sido utilizada por Paul B. Preciado para sua teoria de gênero, como podemos observar em sua obra Pornotopía – Arquitectura y sexualidad en playboy durante la guerra fría (2010) e Manifesto Contrassexual (2000). O mesmo vale para a aplicação dos saberes geográficos, que são amplamente utilizados e garantem análises mais precisas e perspicazes, como podemos observar nas obras: O lugar do

olhar (2013) de Paulo César da Costa Gomes, Fila e democracia (2017) de Roberto DaMatta e A cidade das letras (2015) de Ángel Rama.

Agência de fomento: CAPES

João Camilo Sevilla (POSEDUC-UFF)

Título: “A contribuição teórica de Deleuze e da filosofia: criar, ressignificar e aprender em busca de uma educação menor”

Resumo: O presente trabalho pretende se debruçar sobre a contribuição inestimável de Gilles Deleuze à sociedade e, também, ao campo educacional. Objetiva-se discorrer acerca do papel que outros pensadores tiveram na obra e na vida do filósofo francês, com a apresentação e a reflexão a respeito do pensamento de outros ícones do mundo da filosofia que pavimentaram um caminho que reconfigurou o fazer e o compreender filosofia de que a sociedade hoje dispõe. Este artigo se propõe, também, a comentar as ideias que Deleuze fundou na área de estudos à qual se dedicou durante toda vida; os vocábulos conceitos e rizoma, entre outros étimos nos quais o brilhante filósofo se aprofundou, também serão objetos de estudo do artigo em questão. A educação e a forma como ela dialoga com a vida e a obra de Gilles Deleuze também constituirão o campo de pesquisa a que este trabalho pretende se dedicar, com o objetivo de alargar um debate sobre a educação que carece de uma multiplicidade de opiniões mais representativa, resultado, talvez, da pouquíssima exploração do método deleuziano na área de educação – pelo menos em território brasileiro. O olhar e os escritos de Deleuze nos ajudam no entendimento e compreensão das diferentes metamorfoses pelas quais a educação tem passado nos últimos tempos. Disciplina e controle são étimos que fazem parte do repertório cotidiano observado em práticas pedagógicas e são para esses termos que parte da obra deleuzeana nos oferece ferramentas para pensar e questionar.

João Gabriel Gomes Paixão (PPGFIL-UERJ)

Título: “Representação e conceito – a relação dialética entre religião e filosofia na Fenomenologia do Espírito de Hegel”

Resumo: Durante a Fenomenologia do Espírito, Hegel discute a religião cristã em três figuras de consciência: a consciência infeliz; a luta do Iluminismo contra a superstição; a religião manifesta. Estes três momentos estão sempre cotejados dialeticamente com momentos seguintes que os “suprassumem”: a razão, o Iluminismo, e o saber absoluto, respectivamente. Devido à esta estrutura da obra, pretende-se discutir qual é o estatuto da religião para Hegel. Por um lado, pode-se considerar que o suprassumir das figuras da religião para a racionalidade indica a preferência de Hegel pela filosofia enquanto detentora

da racionalidade, e descarta o "obscurantismo" da religião. No entanto, o posicionamento da religião na obra é também muito privilegiado, e não pode ser rapidamente descartado em prol do Logos hegeliano. A religião é descrita como a "consciência-de-si do espírito"; é o espírito se autocontemplando através da sua exteriorização na religião, que se dá através do Símbolo. Ao contrário, ao chegarmos no saber absoluto, a roupagem simbólica é desfeita, e a autocontemplação do espírito se dá como uma "res cogitans" hegeliana, como pensamento pensando a si mesmo, como Logos ou como conceito, e não mais como representação simbólica. Esta comunicação, portanto, visa discutir a relação dialética entre religião e filosofia na obra.

Agência de fomento: CAPES

João José do Nascimento Souza (PPFEN-CEFET/RJ)

Título: "Nietzsche, o primeiro tratado da genealogia: *malus* relacionado com o grego *melas*, 'negro'. Esse é o negro?"

Resumo: Este aforismo irrompe com uma enorme força antropocêntrica, não inclui o homem afrodescendente, vez que Nietzsche mesmo relaciona o termo latino *malus* [mau] com o grego *melas*, "negro". Sublinho que as aspas na tradução não atenuam o sentido racista, o qual é mais claramente explicitado em outro aforismo, "como o autóctone pré-ariano". Talvez, se possa identificar uma influência de Hegel a respeito de África como um continente sem história, ou ainda, sobre o homem negro, que para o autor da Fenomenologia do Espírito, nada evoca a ideia do caráter humano? Considero desnecessário tratar aqui das apropriações dos textos de Nietzsche pelo nacional-socialismo, aliás, tema que já tem sido amplamente explorado. Entretanto, vejo a carência de estudos quanto ao negro, por isso o trabalho pretende lançar um olhar mais atento e com golpes de martelo aos dois aforismos, a saber: A Gaia Ciência, obra de 1882 e A Genealogia da Moral, de 1887. Relaciona *malus* com *melas*, negro, no primeiro aforismo. No segundo, negro não tem pensamento. Esse é o negro? Há no Primeiro Tratado da Genealogia, que trata de "Bem e mal" – "Bom e mau", a uma interpretação sobre o "termo latino *malus* [mau] (que eu relaciono com o grego *melas*, 'negro') pode designar o homem plebeu de cor morena e de cabelos pretos (*hic niger est* - esse é negro), como o autóctone pré-ariano, (...), que se distinguia muito, por sua cor, da raça conquistadora e dominadora dos loiros arianos". Esta genealogia com claro viés de cor e dominação se desdobra no sentido mais filosófico, ao pensamento em A Gaia Ciência, obra publicada cinco anos mais tarde, com um interdiscurso da raça conquistadora e dominadora dos arianos. Patente está o racismo na expressão latina - *hic niger est* – o segundo aforismo, que irrompe em A Gaia Ciência, nº 203: "Normalmente ele (negro) não tem pensamento, mas excepcionalmente lhe ocorrem maus pensamentos". Ora, se negro não tem pensamento, logo também não é belo. Considerando o acima exposto, além do aforisma nº 290, no qual afirma que uma coisa é necessária: dar estilo ao caráter, direção, busco neste trabalho abordar três

aspectos que vou explicitar no parágrafo seguinte. Primeiro, partindo de duas citações acima expostas, este trabalho pretende abordar a crítica de Nietzsche, com as lentes da filologia, sobre o sentido de vocábulos na Europa, contudo é imperativo ressaltar que o autor de *Crepúsculo dos Ídolos – A Filosofia a Golpes de Martelo* não desferiu golpes de martelo, isto é, no sentido de ruptura com etnocentrismo no tocante ao negro em *A Gaia Ciência* e nas obras consultadas. Longe de ser um aforismo tratado de forma isolada, Nietzsche sustenta uma ideia fixa, mesmo tendo vivido na Itália, outono de 1876, que resultou em um livro de Paolo D'Iorio, traduzido no Brasil, mas que não entra como objeto de análise neste trabalho.

João Wilson Sobral Santos (PPGFIL-UERJ)

Título: “Nietzsche e o suicídio: um olhar biopolítico”

Resumo: Trata-se de reivindicar uma posição biopolítica em Nietzsche para o problema do suicídio. Assim, analisaremos alguns de seus textos sobre o tema à luz da contribuição de Foucault sobre a biopolítica. O método não é anacrônico: não só a biopolítica é um fenômeno contemporâneo a Nietzsche, conforme Foucault aponta seu surgimento nos séculos XVIII-XIX, como também atesta o caráter extemporâneo daquele, visto que emprega a biopolítica de maneira muito similar à de Foucault. Demonstrá-lo é o objetivo desta pesquisa. A aproximação se fará mediante um emprego preciso da biopolítica por Foucault, não tanto a estudada como constituinte do biopoder e dos dispositivos de poder (antes disciplinares, depois regulamentares), mas aquela situada no problema do governo ou da “governamentalidade” e que se desenvolve como estudo das técnicas de si no plano ético. Consideramos que a abordagem que Nietzsche faz do suicídio ao longo de sua obra se inscreve num grande programa ético biopoliticamente articulado em torno de uma estética de si, famosamente resumida no lema “torna-te o que tu és”. Ora, sabemos como o trabalho de Foucault é decisivamente influenciado por Nietzsche; como a sua compreensão relacional do poder é tributária da de Nietzsche. Não por acaso, ainda que com diferentes recortes e preferências, ambos encontrarão nos gregos (sim, o recuo do marco biopolítico que Agamben opera faz sentido, embora ele privilegie mais a perspectiva do biopoder que a do governo ou cuidado de si), seja na Antiguidade, seja no período helênico, a fonte dessa biopolítica das técnicas de si, de modo que as teremos como referência para pensar com Nietzsche o específico problema do suicídio. Este problema pontua (com alguma regularidade, caso de Nietzsche) ou ocupa obsessivamente (caso de Durkheim) algumas gerações de intelectuais justamente – é o que afirma Foucault no final do primeiro volume de *A história da Sexualidade* – porque ele é desafiador para a consolidação do poder biopolítico que pretende administrar totalmente a vida e a morte dos indivíduos. E mais além da pertinência metodológica defendida, arriscar um olhar biopolítico sobre certas passagens escritas com o martelo nietzschiano é homenagear um jovem recluso e suicida, quando estudante da *École Normale Supérieure*, que nos legou uma obra viva construída com muitas ferramentas tiradas da mesma caixa daquele martelo.

Jorge Quintas (PPGFIL-UERJ)

Título: “Verdade, discurso e política no Sócrates de Arendt”

Resumo: Pretendo apresentar o resultado parcial de um trabalho que pretende analisar como os conceitos de verdade, discurso e política se relacionam no pensamento de Hannah Arendt. Defendo que para compreender esses conceitos a figura de Sócrates é fundamental para a filósofa. Para Arendt, a filosofia de Sócrates, considerado por ela como um filósofo-cidadão que jamais desistiu da pólis, significou o momento em que a política e a filosofia aparecem como indissociáveis. Por isso o fato histórico que marca o hiato entre a filosofia e a política é, para a filósofa alemã, justamente o julgamento e a condenação de Sócrates. O filósofo grego não ter triunfado em convencer a cidade de sua inocência, segundo Arendt, fez Platão ao mesmo tempo rejeitar a pólis, parte dos ensinamentos socráticos e a noção de persuasão (*peithen*). A consequência do hiato entre filosofia e política foi à eliminação da filosofia dos afazeres públicos, que passou a compreender o homem como um ser singular. Enquanto o homem, compreendido na perspectiva da pluralidade, passou a ser exclusividade da política. A filósofa alemã afirma que a oposição entre verdade e opinião é uma conclusão anti-socrática de Platão. Já que Sócrates compreendia que “a doxa não era nem ilusão subjetiva, nem distorção arbitrária, mas aquilo a que a verdade invariavelmente aderia”. Portanto, ao ignorar o sentido de doxa ligado à vida pública como um “aparecer” e compreendido como linguagem própria da política, Platão, para ela, se aproxima da ilusão da fuga do filósofo da esfera da pluralidade que caracteriza seu pensamento político. Com isso pretendo mostrar que para Arendt o debate sobre o discurso e a verdade aparecem como indissociáveis ao problema da política.

Jorge Roberto Costa Passos (PPGFIL-UERJ)

Título: “A arte dos sons como mediação relacional do material em Theodor Adorno”

Resumo: O som é um material musical que comporta compreensão complexa se considerarmos sua materialidade nos modos de compor música. Ele está para além da sua mera definição. Definir a música como arte dos sons encobre a mediação em que se realiza o material sonoro na obra. A nota é um constructo cultural que depende de sentido. Uma nota soada isoladamente depende de conjunturas musicais de dependências condicionadas entre som e música: um não vive sem o outro, afirmou Theodor Adorno. Entre ser som e ser arte, a música lida com a relação dinâmica entre os sons. Entre a acústica e a forma, há que se compreender o papel dialético do material, em cuja exteriorização se converte em “uma objetividade quase espacial”. Nenhuma composição pode exigir do autor o recurso a técnicas já estabelecidas, mas aquele está emancipado ao ponto de poder usar tais recursos sem que esta se expresse como *déjà vu*. Adorno compreende que apesar do esgotamento do sistema tonal o compositor, na lida técnica com este, não pode dispor de todas as combinações até

então usadas, mas pode perceber elementos composicionais sem a significação apropriada para o seu tempo, partindo assim para a exclusão daquilo despossuído de função em si mesmo, por soar falso no tempo quando este não é mais o seu. Assim, o compositor é levado a excluir algum procedimento técnico da música tradicional por reconhecer a falsidade que representa para a pretensa realização autônoma, uma vez que o recurso às soluções por uso de procedimentos técnicos tradicionais depõe contra a liberdade e reproduz clichês, cujo resultado é uma obra heterônoma, previsível. Por outro lado, o compositor pode dispor de material já superado ou proibido sem que se configure reificação. A obra musical apresenta problemas inusitados ao compositor. Quando se trata de uma obra de vanguarda, ela deve, além dos problemas inusitados, ser imprevisível no próprio processo de composição, na efetivação do resultado composicional, como expressou em “Vers une musique informelle”. A criação artística progride na medida em que dispõe do material conscientemente, como necessidade racional de levá-lo ao extremo. Consiste numa relação tensa entre o imaginado e o imprevisível. Se antes prevalecia a intenção do artista na adequação à forma, hoje exige-se que a intenção dê lugar à consciência. A crítica de Adorno abrange não só a queda dos princípios seletivos e restritivos da tonalidade, mas também a música de vanguarda do século XX, a exemplo das composições seriais que repetiam sonoridades e harmonias já experimentadas. Nesse contexto, no progresso do material está contida a necessidade de sua superação, pelo que por si mesmo já diz como um descontentar-se com o óbvio. Por outro lado, esse descontentar-se não determina supressão absoluta, pois a historicidade que envolve a dialética do material é determinante na sua superação. Longe do virtuosismo pedante em executar o “já feito”, urge, conforme Adorno, a crítica consciente pedida pela obra com relação à sua antologia como superação e a coerência com o seu tempo de constructo enquanto obra: tempo de dissonância, de deformação, de “destruição”, ou conforme expressou o autor, “introduzir o caos na ordem”. Esta comunicação parte desse contexto, explorando a tensão exposta por Adorno entre composição e material na arte da música.

José Eduardo Fonseca Oliveira (PPGE-UNESP)

Título: ‘Diagramas de (re)existência: vida, normas e capturas’

Resumo: A proposta em pauta é um estudo diacrônico/comparativo sobre a influência dos exercícios espirituais da filosofia antiga no método filosófico e no conceito de vida no pensamento tardio de Foucault. Observa-se que esse mergulho de Foucault nas filosofias helenísticas e romanas decorre de uma linha de hesitação no seu projeto filosófico, ocasionado a partir da crise no seu pensamento, que compreende o período de 1975 a 1984. Essa crise no pensamento de Foucault, provoca uma virada subjetiva no mesmo e faz emergir no projeto filosófico foucaultiano o interesse pelos exercícios espirituais desenvolvidos na filosofia antiga como resposta a essa crise, e acaba levando o projeto filosófico de Foucault a um vitalismo completamente diferente daquele assumido em 1963, por ocasião da publicação de *O Nascimento da Clínica*, e do próprio conceito de homem presente em *As Palavras e as*

Coisas de 1966. Propõe-se, a partir desse ponto, uma atualização do problema do vitalismo contemporâneo, considerando questões, como a revolução biológica a emergência do design inteligente, e a vida se irrompendo no reino inorgânico, coaduna-se essas inflexões com as novas formas de controle no âmbito na noo-política. A multiplicidade de objetos, obedece a dinâmica da multiplicidade de capturas que o capital proporciona, pensar em termos mono/conceituais ou dialético/conceituais configura-se, a nosso entender, uma negação da realidade.

Agência de fomento: CAPES

Julio Auto de Amorim Junior (PPGFIL-UERJ)

Título: “Afinal, o que é uma imagem para Henri Bergson?”

Resumo: Como se sabe, o termo “imagem” é marcado por uma presença ambígua nos textos de Bergson. No âmbito de *Matéria e Memória* (1896), a imagem designa uma realidade que se interpõe entre a “representação” do idealista e a “coisa” do realista. Já no artigo “Introdução à Metafísica” (1903), a imagem aparece como um recurso metodológico supostamente capaz de superar as generalizações simbólicas da linguagem. O objetivo desta comunicação é precisamente tornar mais clara a dimensão do problema em torno do conceito bergsoniano de imagem. No âmbito do artigo de 1903, a distinção metodológica entre “análise” e “intuição” implicará na diferenciação entre “conceito” e “imagem”, bem como qualificará o que é próprio à ciência e à filosofia. Por definição, a análise se expressa por meio de conceitos. Além de corresponder às expectativas do pensamento científico, o conceito estaria, segundo Bergson, em pleno acordo com as exigências da vida prática. Já a intuição, método filosófico por excelência, somente poderia se expressar com o recurso de uma linguagem imagética. Percebe-se, desta forma, a razão pela qual o filósofo recorre às imagens como um expediente constante em seus textos. Porém, é em *Matéria e Memória* que a noção de imagem aparece em sua forma mais incomum. Logo nas primeiras páginas afirma Bergson: “Eis-me portanto na presença de imagens, no sentido mais vago que se possa tomar essa palavra, imagens percebidas quando abro meus olhos, despercebidas quando os fecho”. Após esse primeiro delineamento, o filósofo parece tratar o termo como auto evidente. Para aqueles que esperam maiores esclarecimentos ao longo da obra, há certa decepção. Não por acaso, o próprio filósofo reconhece a necessidade de rever esta ausência. Com o fim de oferecer uma melhor compreensão do sentido atribuído ao termo imagem em *Matéria e Memória*, Bergson escreve um segundo prefácio. Nele, o uso que o filósofo faz do termo, longe de sanar as dúvidas, é ainda mais estranho: a matéria é definida como um conjunto de “imagens”. E por “imagem”, explica Bergson, “uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa - uma existência situada a meio caminho entre a “coisa” e a “representação”. A estranheza desta definição comporta dois níveis de dificuldade.

Primeiramente, trata-se de uma definição negativa. Ela é feita por oposição ao idealismo e ao realismo. Dado o problema que o segundo prefácio pretende esclarecer, era de se esperar que, nesse estágio, fosse apresentado uma definição positiva. Em segundo lugar, a definição coloca, ao menos inicialmente, um paradoxo: que tipo de realidade poderia, enquanto imagem, existir para nós (quando abrimos os olhos), mas, enquanto objeto, existir por si sem deixar de ser imagem? Mas não é só. Bergson identifica entre a “memória pura” (souvenir pur) e a “percepção pura” (perception pur), a “imagem lembrança” (souvenir image). Assim, surge outra questão: qual a função da imagem quando relacionada com o tema da memória? Como observa Jules Sageret (1920), não existe na linguagem corrente vocábulo equivalente ao sentido atribuído por Bergson ao termo imagem tal como aparece em *Matéria e Memória*. Mesmo no que se refere ao problema tematizado no artigo “Introdução à Metafísica”, não parece ser possível reduzir a questão a um mero uso de metáforas. Afinal, as imagens são elevadas à condição de constituintes intuitivos do texto filosófico. Não sendo exteriores ou acessórias no curso do pensamento que se apresenta, para o filósofo as imagens fazem a ponte entre a “intuição inexprimível” e seus leitores. Sobre esta condição de ponte (Bergson utiliza o termo image médiatrice), afirma o filósofo na conferência “A intuição Filosófica” (1911) a imagem é “quase matéria naquilo que ainda se deixa ver, quase espírito naquilo que não se permite tocar”. Como se faz notar, há nesta passagem uma sugestiva semelhança com o sentido conferido à imagem em *Matéria e Memória*. Porém, se considerarmos o que até aqui dissemos, é precisamente na direção desse “entre” que devemos encaminhar nossa pesquisa: a imagem entre a representação e a coisa (imagem-matéria), a imagem entre a percepção pura e a memória pura (imagem-lembrança) e, por fim, a imagem entre a intuição e a linguagem (imagem mediadora).

Leandro Timotheo Muniz (PPGFIL-UERJ)

Título: “A função social da ciência: reflexões sobre as ideias de J.D. Bernal e Michael Polanyi”

Resumo: Michael Polanyi (1891-1976) é um filósofo reconhecido entre outras ideias pela valorização que deu a noção de prática na atividade científica. Para ele, é necessário para compreensão da ciência, analisar de que modo ela é construída pelos seus praticantes, os cientistas. Nessa tarefa, Polanyi se destacou como um ferrenho opositor a todo e qualquer planejamento externo à ciência. Desde o primeiro momento em que foram propostas teses em defesa do controle pelo Estado da atividade científica, Michael Polanyi foi um dos seus maiores críticos. Para ele, não faria sentido controlar externamente o trabalho do cientista. Esse modelo político e administrativo causaria danos irreparáveis para o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimentos científicos. Sob a ótica de certo liberalismo, ele propôs um debate em torno das concepções de conhecimento em jogo, em que de um lado estaria o conhecimento científico ou “puro” e de outro o conhecimento aplicado ou “tecnológico”. O primeiro tipo de conhecimento entraria em colapso e se extinguiria caso fosse controlado

externamente. O segundo seria o motivo principal do interesse de empresas privadas e estatais. Condicionar o trabalho do cientista em função dos interesses das empresas privadas e estatais desviaria a ciência de seu curso natural. Qual seria então a solução para Polanyi? Como deveria ser organizada a prática do cientista a fim de impedir que organizações e elementos externos interfiram na ciência? Em 1964, no prefácio da edição Torch Book da obra *Personal Knowledge*, Michael Polanyi relembra que o livro faz parte de um processo longo de reflexão filosófica e pesquisas, iniciado em 1939, com um artigo de revisão crítica do livro *The Social Functions of Science*, de J. D. Bernal (1901-1971). Na obra, Bernal defende a ótica do Materialismo Dialético como fundamental para nova estruturação do conhecimento científico e também para a gestão da nova sociedade advinda do modelo de produção soviético. A colaboração entre os cientistas objetivando o bem comum e atendendo as demandas e necessidades do todo social seria a base sobre a qual toda a atividade científica se desenvolveria. O cientista não se afastaria de ser um homem público e cidadão e o conhecimento avançaria livremente sob a perspectiva ética e filosófica marxista. Para Bernal, não haveria diferenças entre conhecimento científico e tecnológico. Nosso trabalho tem a intenção de relacionar a Filosofia de Polanyi à sua postura política, tendo como pano de fundo suas críticas a Bernal e sua opção durante algum tempo pelo keynesianismo. Pretendemos expor também de que maneira a liberdade e a autonomia da prática científica integram-se ao seu modelo de ciência. A liberdade é uma condição de possibilidade para prática científica? Ou mais do que isto, ela está na própria prática científica? A liberdade é necessária para a autonomia da atividade científica? Como é que a comunidade científica se organizaria em função de preservar sua própria autonomia? A reflexão sobre as ideias aparentemente divergentes entre Polanyi e Bernal pode nos dar pistas sobre essas questões.

Leonardo Nascimento Lacerda (PPGF-UFRJ)

Título: “O capitalismo como outra repetição”

Resumo: Lacan, a partir de suas leituras de *O Capital*, nos seminários 16 e 17 introduz o conceito de *mais-de-gozar* considerando-o homólogo à categoria marxiana de *mais-valor*. O *mais-de-gozar*, enquanto efeito desse novo discurso ou laço social, remete à uma perda estrutural, a um objeto perdido e interditado, que se instaura com a entrada do sujeito na lógica significante e que introduz, necessariamente, esse sujeito na dinâmica da repetição, *Wiederholen*, manifesta, também, na infinitude da articulação significante, ou seja, a metonímia. Marx, no *Escritos econômicos e filosóficos*, capítulo cujo título é *Trabalho estranhado e propriedade privada*, procura mostrar como se dá o processo de alienação do trabalho no capitalismo. Marx postula que o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria, na medida em que produz, através do seu trabalho, um objeto - este também uma mercadoria - durante o processo que ele chama de objetivação. No cerne desse processo está o que Marx chamou *Entfremdung*, (que costuma ser homólogo ao termo *Entäusserung*) que nós, no Brasil, traduzimos por estranhamento. Pretendemos, dando relevo à categoria

marxiana de Estranhamento, partindo do pressuposto que tal categoria, sendo estrutural do capital, na medida que está no fundamento da fragilização das instâncias ordenadoras da vida social, na produção da atmosfera anômica aprofundada na contemporaneidade, refletir sobre como a psicanálise pode servir de instrumento para pensar as patologias do social ou uma hiperinflação do mal-estar na civilização. Ou ainda, como se articulam a categoria de Estranhamento e uma certa fragilização do elemento organizador central da vida psíquica, que pode ser pensado como declínio da função paterna e seus efeitos na perda de referências subjetivas para o desejo e como se dá a apropriação destes fenômenos subjetivos pelo capital que se sustenta, em certa medida, a partir da lógica do consumo e portanto da repetição.

Letícia Tury Guimarães Nascimento (PPGFIL-UERJ)

Título: “Verdade e escuta: um estudo sobre violações de Estado, reparação, discurso e identidade”

Resumo: A comunicação pretende entender os circuitos existentes nos processos de reparação de violações dos direitos humanos no Brasil, partindo de pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2015 e 2017, com bolsa fornecida pela FAPERJ. A pesquisa “Reparação Econômica, Justiça Social e Direitos Humanos: dinâmicas sócio-políticas em torno de indenizações, violências e sofrimentos” teve como objetivo discutir a indenização financeira enquanto um possível instrumento para reparação de direitos violados. Essas violações eram comumente chamadas de “sofrimentos” pelos sujeitos envolvidos na categoria de “vítima”. Partindo das narrativas das “vítimas” ou de seus familiares, procurei investigar de que maneira as relações de poder (principalmente no vértice “Subjetivação – Estado”) analisadas por Michel Foucault atuam em seus discursos, entendendo a linguagem codificada dos direitos humanos como um dispositivo do poder. Além disso, busquei entender de que modo as relações de poder implicam num reconhecimento interno dos sujeitos, determinando suas identidades. Como pano de fundo da análise foi utilizado a Clínica do Testemunho durante a atuação da Comissão da Verdade, no intuito de compreender as identidades nas quais as “vítimas” se inserem ao longo do processo de escuta e restauração psíquica. Deseja-se pensar como a linguagem codificada dos direitos humanos atua na identidade das vítimas de violação. Também foi imprescindível investigar o papel que a “verdade” ocupa no restabelecimento do tecido não só individual, mas também social, a partir das análises de Rebecca Saunders e Jacques Derrida. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é o de analisar as relações estabelecidas entre reparação, discurso, verdade, justiça e identidade, assim como seus desdobramentos na vida das “vítimas”.

Agência de fomento: CAPES

Lucas Garcia de Carvalho (PPGFIL-UERJ)

Título: “A natureza do sujeito autoconsciente em Strawson”

Resumo: O presente trabalho visa examinar a concepção de Peter Strawson sobre a natureza do sujeito autoconsciente. Para tal, começaremos com uma análise acerca do argumento do cogito de Descartes, no qual a indubitabilidade do “eu existo” é inferida da indubitabilidade do “eu penso”. Segundo o filósofo francês, o “Eu existo” é necessário por ser uma condição de possibilidade do pensamento, de modo que, dada a existência do pensamento, é necessário que o “eu” exista. Segundo Descartes, a partir do conhecimento do “eu” pode-se, a priori, identificar a natureza do “eu” como uma coisa puramente incorpórea, imaterial e inextensa, cujo o único atributo essencial é o pensamento. Kant critica a concepção cartesiana sustentando que puramente do fato do “eu” não é possível inferir nada acerca da sua natureza. A partir de Kant, Strawson vai mais além a fim de provar a impossibilidade da existência do sujeito autoconsciente como uma coisa incorpórea. Segundo Strawson, a impossibilidade da existência do sujeito autoconsciente incorpóreo está ligada à impossibilidade de individuação do mesmo. A conclusão de Strawson é a de que o sujeito autoconsciente deve necessariamente ser, dentre outras coisas, um sujeito corpóreo. A noção de identidade pessoal se torna, por sua vez, central em tal discussão na medida em que as noções de autoconsciência e de identidade pessoal são indissociáveis.

Agência de fomento: CAPES

Luciana Valesca Fabião Chachá (PPGLM-UFRJ)

Título: “A noção de *nomos* nas Leis de Platão”

Resumo: No diálogo platônico Leis, Platão reúne três personagens, o Estrangeiro de Atenas, Clíncias e Megilo cada um representando uma pólis famosa por sua legislação, a saber, Atenas, Creta e Esparta a fim de conversarem sobre leis. Apesar de o tema do diálogo ser sobre leis ou *nomoi*, em nenhum momento os personagens discutem diretamente acerca do que é um *nomos*. No entanto, podemos encontrar duas noções de *nomos* ou lei no diálogo. A primeira ocorre no passo 644 b-d em que o *nomos* é definido como o cálculo racional sobre o que é mais valioso e o que é melhor e pior ao se tornar decreto comum da cidade. Assim, a lei é uma demonstração de um princípio racional. Mais ainda, esse cálculo racional é prescritivo ou normativo para toda a comunidade política. Já a segunda noção de *nomos* se encontra nos passos 713 e-714 b. Nessas passagens a lei é definida como a “distribuição do intelecto”, ou seja, o *nomos* é tanto fruto de um princípio racional como ele tem por função tornar os homens mais virtuosos e racionais através da educação pelas leis ou *nomoi* e, portanto, mais felizes. Então, é possível coadunar essas duas noções? Acreditamos que essas duas ideias de *nomos* ou lei são compatíveis uma com a outra. Além disso, a primeira noção de *nomos* como

cálculo racional se fundamenta na segunda noção, a saber, o *nomos* como a distribuição do intelecto e a conjunção de ambas as ideias permitem que Platão forje no discurso uma *politeia* reta e feliz.

Ludmila Aster Souza Gomes (PPG-FIL UFMG)

Título: “A necessidade de uma metafísica da natureza em Kant”

Resumo: Com essa comunicação, pretendo apresentar os resultados parciais da minha pesquisa atual, que realizo em virtude da redação de minha dissertação de mestrado, onde busco refletir acerca da filosofia kantiana da natureza. Mais especificamente, compreender como os princípios a priori do entendimento puro, apresentados por Kant na Crítica da Razão Pura,¹ se aplicam de fato aos objetos da experiência tomando como base a aplicação que o próprio Kant realiza desses princípios aos objetos da ciência newtoniana em sua obra Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza. E, em particular, analisar como dessa aplicação resultam novos princípios metafísicos específicos para as leis da mecânica newtoniana. Tendo em vista esses objetivos, é preciso compreender a necessidade que se faz de uma metafísica da ciência da natureza. A argumentação de Kant no Prefácio dos PMCN, em favor da necessidade de uma ciência da natureza começa com a enumeração de três modos de se compreender a natureza: i) é possível compreender a natureza descrevendo-a, ordenando sistematicamente os fatos conhecidos acerca dela – o que ele chama de “doutrina histórica da natureza”; ii) compreendê-la como “história da natureza” o que é o mesmo que expor os fatos (acima mencionados) situando-os no tempo e no espaço; por fim, iii) compreendê-la como ciência da natureza. O ponto aqui é, portanto, a compreensão racional da natureza a partir de leis a priori que regem a experiência – a ciência da natureza.

Luiz Fernando Reis Sales (ProPEd-UERJ)

Título: “Pode a fome de Exu estar no caminho da infância? – Uma pirueta epistemológica em afro-perspectiva”

Resumo: Laroyê Èșù! Para ter encontro a força motriz de Exu precisa fruir e ser alimentada. Todo rito que reconta ou põe a presentificação das atividades dos candomblés em ação é feito por meio de uma potencialização exuriana. Sem Exu no começo não há o movimento do corpo-alma, não há a possibilidade inventiva de ressignificar. Exu, um orixá encantado que promove fertilidade e encontro, tem em seu corpo-corpus a qualidade de ser um brincalhão. Conhecido como aquele que brinca, goza e caçoa da realidade, ele transforma tudo num terreiro/encruzilhada de brincadeiras. Então, o que é essa brincadeira existencial exuriana? Por que brincar? O que sua fome tem a ver com a brincadeira? Brincar é comer para Exu? Na vida, assim como Exu a infância tem fome primária e quer tudo devorar, nada pode saciá-la,

pois é constituída de fome inquietante. Come para viver, come para sonhar, come para brincar, come para (re)inventar. Exu, versado em Elegbara, também é um menino de fome insaciável, come tudo e todos sem sua fome cessar. Mas, e depois? O que tem após a comilança? Há um regurgitar? Ou melhor, o que Exu e infância podem nos entregar? Esses dois mundos poéticos têm fome, um tipo de necessidade que faz pôr um movimento na instauração do incapturável, do imprevisível e do potente. Então, o que faz Exu e a infância juntos? Que fome insaciável é essa? É possível esse encontro? Exu está para infância assim como a infância está para a vida? Comemos essa escrita/pesquisa como um ebó para porvir.

Agência de fomento: CNPq

Luiz Guilherme Bakker de Pinho e Souza (PPGFIL-UFRRJ)

Título: “O pessimismo de Schopenhauer como inconformismo”

Resumo: A presente comunicação apresentará uma visão política do pensamento de Schopenhauer, a partir da leitura desenvolvida por Chevitarese no artigo Considerações Sobre a “Atualidade” de Schopenhauer. Max Horkheimer iniciou a perspectiva de uma leitura política de Schopenhauer. Por mais que este autor tenha sido conservador em algumas de suas posturas, Horkheimer abriu o caminho para aquilo que posteriormente será chamado de “esquerda schopenhaueriana”. O pessimismo do autor não pode ser considerado um quietismo, porque não incorre em uma manutenção do status quo político e social. Para Lütkehaus, Schopenhauer discorre sobre os sofrimentos da vida com o objetivo de minimizá-los e não de ficar impotente diante deles. Trabalhar com a atualidade da filosofia de Schopenhauer não significa necessariamente pensar sobre sua influência, mas sim considerar de que modo seu pensamento oferece uma forma de enfrentar as adversidades do tempo presente. Em sua visão, Horkheimer reconhece um “pessimismo clarividente”, que buscava limpar o otimismo hegeliano, aceitar a condição de sofrimento da vida, sem se tranquilizar com qualquer ilusão. Isso não significava aceitar o mundo, mas sim não se conformar com ele, levando a uma sensibilização em relação ao sofrimento universal. Com base nisso, pretende-se considerar a análise de Horkheimer e de Lütkehaus, investigando a questão: se pessimismo significa inconformismo, seria possível utilizar o pensamento de Schopenhauer como forma de resistência?

Agência de fomento: CAPES

Marcos Cesar Paes de Carvalho Filho (PPGFIL-UERJ)

Título: “Sobre a resenha de Fichte de “À Paz Perpétua” de Kant”

Resumo: Na história da filosofia, poucos foram os momentos em que houve uma interação entre autores tão intensa e frutífera quanto no período clássico da filosofia alemã. A sofisticação dos sistemas e a permanência de muitas das contribuições realizadas se devem, em grande medida, à confluência entre uma imprensa intelectualizada – já característica dos povos germânicos – e a notável atividade cultural e acadêmica alemã da virada do século XVIII. Nesse cenário, Fichte é um caso paradigmático. A “Resenha de À Paz Perpétua de Kant”, para além de uma tentativa de divulgação do opúsculo kantiano, figura como pedra de toque do desenvolvimento ulterior de seu pensamento jurídico, político e moral. Ainda que curto, o denso comentário de Fichte, publicado no início de 1796 pelo periódico *Philosophisches Journal einer Gesellschaft Teuscher Gelehrten*, oferece teses que destoam de suas obras políticas anteriores e que são estruturantes de seu *Fundamento do Direito Natural Segundo os Princípios da Doutrina-da-Ciência*, publicado em duas partes em março de 1796 e setembro de 1797. Esta apresentação pretende expor essas teses. Não se tratando de uma discussão sobre a correção exegética em relação ao texto de Kant, buscaremos rerepresentar o desenvolvimento argumentativo da resenha na tentativa de ressaltar o que o autor acreditava estar de acordo com o original de Kant e aquilo que, implícita ou declaradamente, repercutiu em seu *Fundamento do Direito Natural*.

Margarete de Medeiros Aduque (PPGFIL-UFRN)

Título: “Aprendendo a pensar serenamente: uma abordagem heideggeriana sobre o pensar frente à noite escura do mundo”

Resumo: O filósofo alemão Martin Heidegger discorreu ao longo de sua vasta obra sobre a inquietante e desconcertante época contemporânea, a qual pode ser denominada de acordo com os seus escritos, como a era da técnica. O período caracterizado pela expansão e domínio planetário da técnica no qual o homem se vê cercado de meios de produção e produtos e serviços para consumo, e em que reverbera o pensamento calculador, resulta em uma ausência de pensamento meditativo, ou em outras palavras, em uma ausência de pensamento. Uma vez que habitamos o mundo e somos seres políticos, que travamos diversas relações e que desde que fomos lançados ao mundo - como diria o filósofo alemão Martin Heidegger - estamos cercados de possibilidades e, no nosso entendimento, para que possamos viver de modo autêntico, necessitamos aprender a pensar. De acordo com o autor estudado, o que mais cabe pensar cuidadosamente neste nosso tempo é que ainda não pensamos. Tomando emprestadas as palavras do brilhante filósofo e comentador de Heidegger, Emmanuel Carneiro Leão, como qualquer outro pensador, Heidegger retira sua própria possibilidade de pensar da própria condição humana e é por isso que todo homem pode encontrar-se com esse pensamento. A presente proposta de comunicação tem por escopo refletir acerca do pensamento como modo de resistir, ou seja, o pensamento meditativo segundo a perspectiva heideggeriana frente aos tempos contemporâneos nos quais a técnica e a impessoalidade imperam. Para almejar tal intento, foram analisadas especialmente as obras heideggerianas

Serenidade, O que quer dizer pensar e A questão da técnica. Inicialmente buscou-se descrever a análise que o pensador alemão fez a respeito do homem e do período contemporâneo, em seguida foi estudado o significado do pensar e do resistir segundo as obras de Heidegger.

Agência de fomento: CAPES

Maria Piedade dos Santos Bandeira (PPGFIL-UERJ)

Título: “Um estudo sobre o declínio do último Homem e os caminhos de superação para o Além do Homem”

Resumo: Neste trabalho interessa nos aproximarmos dos princípios éticos e estéticos que sinalizam para uma saída desta ponte que é para Nietzsche simbólica do Homem atual, posto que antes de qualquer tentativa de chegarmos ao além Homem nietzschiano, precisamos encarar a face do último Homem. Zarathustra define o último Homem como aquele que não sabe o que é amor, o que é criação, o que é anseio. É o Homem moderno, que tem com a vida uma relação mesquinha, que tudo espera da modernidade tecnológica, e que depois de matar Deus e colocar a ciência em seu lugar, substituindo os dogmas teológicos da idade média pelo sonho antropológico, acaba percebendo que se esgotaram as verdades a serem alcançadas. Neste formato chegamos à contemporaneidade. Atualmente, temos à nossa volta o cotidiano dominado pela linguagem niilista através dos meios de comunicação de massa, das redes sociais. Estamos presos à malha desta linguagem, que cria um mundo uniformizante, globalizado. Somos produzidos por uma indústria cultural que dita normas de conduta, pensamentos, sensações e reações. Bombardeado por informações em tempo integral, o homem laborioso está perdido na cultura de massa, orientado para o consumo como fonte de felicidade, conceito deturpado pela indústria cultural. Felicidade não se trata mais de uma conquista ética, mas um direito individual, ao qual o homem se prende para justificar sua apatia. Anteviu Nietzsche a uniformização do homem pela figura do seu menor, que ele chama o “apequenamento do Homem”, que se encontra aprisionado à má consciência, inerte pela promessa de um elevado modo de vida proporcionado pela tecnologia e seu ideal de conforto e prazer eternos. “O deserto cresce” na calúnia da igualdade, anulando as singularidades, fazendo com que o sujeito se iluda com o individualismo vazio do consumismo frenético da modernidade tecnológica. Sendo o último Homem este indivíduo laborioso, que se entrega à sua techné como virtude, condenado pelo niilismo, pela própria escravidão e pulsão de morte, é possível vislumbrar alguma saída para ele? Nietzsche aponta para aquele que ultrapassa a figura do último Homem e vai além, inventando um novo sentido para a humanidade, num movimento imanentista. E que sentido é este? Retomar a vida esteticamente como vontade de potência!

Agência de fomento: CAPES

Mario Tito Ferreira Moreno (PPGLM-UFRJ)

Título: “Milagres humianos: a interpretação tradicional”

Resumo: A proposta de comunicação tem como função ampliar a discussão sobre a temática dos milagres dentro do contexto da obra de David Hume utilizando um texto de Abril de 1990 chamado *What Hume actually Said about miracles* publicado no volume XVI da Revista *Hume Studies*, no qual o autor Robert Fogelin discute o conceito humiano exposto na obra *Investigação sobre o entendimento humano* apresentando a interpretação que se considera como a tradicional e dialogando com Antony Flew, outro importante comentador da filosofia de Hume. Para Fogelin existem duas coisas que são comumente ditas no tratamento dos milagres na primeira parte de seção dos milagres da EHU: 1) Que Hume não apresentou um argumento a priori destinado a mostrar a impossibilidade de um milagre e 2) Hume não apresentou um argumento a priori para mostrar que testemunhos, mesmo que fortes, nunca tornariam razoáveis crer que um milagre ocorreu. Fogelin chama tal interpretação de “interpretação tradicional”, o autor também indica que Antony Flew parece solitário em confronto com a dita interpretação tradicional, na medida em que ele argumenta particularmente, que Hume não tenta indicar um argumento a priori na tentativa de mostrar que o testemunho jamais poderia estabelecer a existência de um milagre. Flew, em seus escritos, entendia que Hume tentou nada mais nada menos do que colocar em xeque a tese da existência dos milagres baseados em testemunhos. Flew parece aceitar, segundo Fogelin, a primeira parte da interpretação tradicional que indica que certamente Hume não estava tentando produzir uma prova de que milagres não existem. O que Fogelin tenta fazer é se colocar em oposição a essas “vozes unidas” indicadas por ele e apresentar que o consenso para primeira parte da interpretação tradicional é infundada e que existem textos que vão contra tal argumento. Em última instância, que existem argumentos a priori apresentados por Hume contra a existência de milagres. O trabalho tem como objetivo ampliar a discussão sobre o conceito de milagres na filosofia de Hume colocando principalmente esse artigo específico em evidência.

Agência de fomento: CAPES

Matheus Maia Schmaelter (PPGFIL-UERJ)

Título: “Lutero, Müntzer, Kierkegaard, Bonhoeffer e Luther King: ensaio sobre a resistência a partir de uma ótica protestante”

Resumo: O presente trabalho visa refletir sobre as possibilidades de resistência no interior do cristianismo protestante. Para tanto, propõe-se a análise de cinco diferentes casos de diferentes épocas. Em primeiro lugar, analisaremos como Martinho Lutero resistiu aos abusos doutrinários da Igreja Católica de seu tempo. Em seguida, ainda no âmbito da Reforma

Protestante, nos ocuparemos do teólogo anabatista Thomas Müntzer que, para além da crítica doutrinária e a partir de uma perspectiva mística, criticou Lutero os príncipes e liderou a Revolta dos Camponeses. Em terceiro lugar, agora já no século XIX, refletiremos sobre a polémica contra a igreja oficial da Dinamarca realizada por Søren Kierkegaard nos últimos anos de sua vida. Já no século XX, veremos a resistência do pastor, teólogo e mártir Dietrich Bonhoeffer contra o regime nazista na Alemanha. Por fim, analisaremos a luta contra o racismo liderada pelo pastor batista Martin Luther King, Jr. durante as décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos. O objetivo proposto é encontrar quais razões comuns moveram estes cinco diferentes pensadores, teólogos e ativistas e em que medida foi o cristianismo que oferece o fundamento para suas ações.

Maycon Silva Aguiar (PPGFIL-UERJ)

Título: “O princípio da relatividade linguística de Benjamin Lee Whorf e suas consequências para a ontologia da linguagem”

Resumo: Proponho a existência de um sistema de pensamento subjacente à obra de Benjamin Lee Whorf, conhecido por suas ideias controversas a respeito da relação entre linguagem, cultura e pensamento. A Whorf, engenheiro por formação e antropólogo e linguista por vocação, atribui-se, em geral, a gênese da chamada hipótese Sapir-Whorf, em cuja base está a premissa de que o pensamento humano é afetado pela linguagem. Conforme constatei ao longo da análise de "Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf", obra póstuma, organizada por John Bissel Carroll, que reúne grande parte da produção de Whorf (AGUIAR, 2019), há razões para se limitar a participação de Sapir no sistema de Whorf às incursões em linguística; e para se negar, em consequência, uma hipótese conjunta de Sapir e de Whorf. Nesse sentido, defendo que a influência de Sapir, que serviu como uma espécie de mentor para Whorf, foi decisiva para que Whorf alinhasse suas pesquisas linguísticas às preocupações e aos métodos valorizados pela linguística estruturalista norte-americana, da qual Sapir era um importante expoente; no entanto, a partir do ponto em que as reflexões de Whorf abstraem-se das análises empíricas e adquirem contornos metafísicos, Whorf mantém os métodos aprendidos com Sapir na base de suas reflexões, mas ignora, em parte, que as evidências empíricas definam o teor de tais reflexões. Rejeitando, portanto, a existência de uma hipótese Sapir-Whorf no sistema de pensamento de Whorf, analiso o surgimento da tese relativista de Whorf, chamada por ele de princípio da relatividade linguística, o qual, inspirado nas teorias geral e especial da relatividade de Einstein, implica, de um modo severamente determinista, que o acesso humano ao mundo natural é guiado pelas categorias das línguas naturais.

Michelle Cardoso Montoya (PPGLM-UFRJ)

Título: “Sobre a relação entre linguagem e poder político na filosofia de John Searle”

Resumo: Para John Searle, em *Liberty and Neurobiology* (2007) a linguagem seria uma instituição social fundamental para explicitar a gênese e a manutenção do poder político. De acordo com o autor, ao possibilitar a representação e auto identificação de elementos linguísticos, a linguagem torna possível o nosso pensamento sobre as demais instituições sociais, especialmente as que são possíveis de serem instrumentalizadas a partir do poder político. Isto porque, ao considerarmos a linguagem do ponto de vista natural, como parte de nossa história biológica de vida, da mesma forma que ocorrências como a digestão e o crescimento, poderíamos afirmar que ela é uma estrutura inerente a natureza humana, que permite que o nosso pensamento seja configurado de uma forma específica, de acordo com suas regras sintáticas e semânticas. E essas regras, por sua vez, constituem o caráter normativo dos atos de fala, juntamente com os princípios de deontologia (compromisso) e convenção linguística, que conferem o caráter social a linguagem. O poder político, por sua vez, também seria sustentado a partir de princípios ontológicos como *status function* (função de estado), que se refere à capacidade humana de impor funções aos objetos e pessoas e as regras constitutivas, conceitos desenvolvidos pelo autor ao longo de suas obras sobre ontologia social. Destarte, pretendemos em nossa exposição, tratar sobre a constituição do poder político a partir de instituições sociais como o governo e a linguagem.

Miécimo Ribeiro Moreira Júnior (PPGLM-UFRJ)

Título: “Transformações teológico-políticas na era da realeza centrada na lei”

Resumo: O conceito de corpo místico ascende como problema eminentemente teológico-político no auge da Baixa Idade Média. Sua transformação é uma reação à perda de visibilidade da Igreja Católica Romana frente ao crescente domínio dos Estados seculares. Da mesma forma que a autoridade monárquica desviou seu eixo de poder da figura de Cristo para a lei – em especial, ao longo do século XII – assim também ocorreu com a Igreja Católica e seu papel institucional. A forma teológica se confunde com uma nova forma jurídica, acompanhando as mudanças do poder secular que busca no antigo Império Romano o novo referencial de direito e poder. Uma vez estabelecida teologicamente como corpo místico, a Igreja Católica construiu uma corporação estatizada, detentora de um corpo político e legal equivalente aos corpos políticos seculares que se firmavam como instituições autossuficientes. Simultaneamente, o corpo político de Cristo e o sacro Império vão se desenvolver de maneira bífida como instituição secular e sagrada. Entrelaçados por meio de instituições distintas – e eventualmente concorrentes –, mas operando sobre a fratura entre o secular e o religioso. Esse processo entrecruzado de formação dos Estados independentes e da

representação estatal da Igreja como corporação estabelecerá importantes conceitos para a teoria política posterior.

Agência de fomento: CNPq

Mônica Silva de Freitas (PPGF-UFRJ)

Título: “Os juízos morais e a motivação: uma discussão entre internalistas e externalistas em metaética”

Resumo: Pretendo, com este trabalho discutir, muito amplamente, o modo de ligação entre juízo moral e motivação, considerando as várias abordagens correntes sobre o tema, à luz da discussão atual entre internalistas e externalistas. Para tanto, tenho por objetivo buscar suporte nos trabalhos dos mais destacados filósofos da área como Sigrún Svavarsdóttir, Michael Smith e David Copp, entre outros. Espero também, dentro do campo da metaética, contribuir para o aprofundamento da questão e buscar possíveis soluções do problema proposto, a saber: a natureza da relação, explicitando a diferença que aí se estabelece, entre as atitudes mentais de valorar (*valuing*) e ser digno de valorar (*worth valuing*) para proposições de juízos da racionalidade prática. Em recente artigo, Sigrún Svavarsdóttir discute o que seria a função prática essencial para juízos de valores confrontando a tese de que estes sejam essencialmente motivacionais. Embora, não descarte a relevância da motivação nos juízos de valores, em especial, nos juízos de valores morais, Svavarsdóttir propõe rever o modo de construção da ligação entre tais juízos e a motivação de modo a introduzir uma nova abordagem, a qual chama *the critical scrutiny account* (2009). A discussão se estende não somente ao âmbito da tradição ética sobre o que faz a vida valer a pena ser vivida, até onde se possa considerar um agente de valores intrínsecos e neutros com relação ao objeto intencional, mas também dialoga com o internalismo (e o externalismo em sua contraparte), na visão metaética, sobre a disposição motivacional necessária, como verdade conceitual, de buscar o objeto positivamente valorado. No primeiro caso, Svavarsdóttir tem o pano de fundo da tradição da ética mais antiga, qual seja: a que considera a boa vida o fim que, em última instância, guia as ações humanas; no segundo caso, o forte argumento do internalismo motivacional como contrapartida para o desenvolvimento de seu construto teórico a favor, quer de um posicionamento mais brando do internalismo motivacional, quer de outro, intermédio entre o internalismo e o externalismo nas suas várias vertentes. Para tanto, ela parte de uma distinção entre valorar (*valuing*) e considerar valoroso (*worth valuing*) - o que os internalistas motivacionais tendem a identificar em uma mesma atitude mental. Em meu trabalho proponho dar continuidade à investigação proposta por Svavarsdóttir à luz de outros teóricos da área de metaética. Aqui, entretanto, proponho discutir, de modo geral, a medida do envolvimento emocional, constitutivo do valorar (*valuing*), e sua função diretiva acerca do objeto intencional, num um apriorístico racional crítico, para a mudança dos valores e da perspectiva na vida de uma pessoa. Pois, julgar algo com tendo valor “não é necessariamente

valorá-lo, mas o juízo implica que o objeto em questão é digno de valor (worth valuing).” (2014:313). Isso, indubitavelmente, traduz não somente uma função minimamente reflexiva às atitudes valorativas, mas também abre a possibilidade de redirecionamento de motivação e empenho emocional no caso de revisão de valores, o que será abordado futuramente.

Agência de fomento: FAPERJ

Nathalia Claro Moreira (PPGEDU-UFMS)

Título: “Do direito natural ao jusracionalismo: a filosofia moral e política sobre os indígenas no processo de secularização das missões jesuíticas de Mojos (século XVIII)”

Resumo: O presente trabalho, de perspectiva histórico-filosófica, discute as transformações sobre a filosofia moral e política na segunda metade do século XVIII nas missões jesuíticas de Mojos. Pretende-se observar como as articulações propostas pelo reformismo ilustrado espanhol implementaram uma nova perspectiva sobre a questão indígena através da Expulsão dos Jesuítas e da transmissão de poderes à curatos subordinados por subdelegados laicos. Para introduzirmos a discussão, analisaremos brevemente a percepção filosófica sobre o lugar do indígena no pensamento moderno através de dois autores: Bartolomé de Las Casas, quem defendia o direito natural dos indígenas, e Juan Gines Sepulveda, defensor da escravidão natural dentro do viés aristotélico. Em um segundo momento, enseja-se debater como o processo de secularização espanhola incidiu sobre a questão indígena na modernidade das colônias na América, olhando para o caso específico das missões religiosas de Mojos, após 1767. A análise da secularização terá escopo no positivismo jurídico de Thomas Hobbes, isto é, o jusracionalismo. Observa-se que a secularização foi implementada nas missões de Mojos sem extinguir a religiosidade local de imediato, porém inserindo uma nova filosofia moral e política baseada na diminuição da normatização religiosa e da tentativa de integração dos indígenas das missões como cidadãos tributários, porém ainda segregados por conterem traços de “barbarismo”.

Agência de fomento: CAPES

Nathan Braga Fontoura (PPGFIL-UERJ)

Título: “É possível existir escola sem partido?”

Resumo: O objetivo da presente comunicação consiste em pensar, a partir de algumas reflexões do filósofo franco-argelino Louis Althusser no texto *Aparelhos ideológicos de Estado* (1970), a (im)possibilidade de haver neutralidade ideológica no âmbito do espaço escolar. Em primeiro lugar, pretendemos fazer uma revisão sintética de parte das ideias de

Althusser no texto em questão, a respeito da função que os chamados aparelhos ideológicos, especialmente o aparelho ideológico escolar, podem desempenhar estando a serviço de um determinado Estado. Em seguida, iremos abordar o movimento reacionário e propriamente antidemocrático que ficou conhecido em todo o Brasil como “Escola Sem Partido”, a fim de evidenciar suas diretrizes e tentativas de consolidar-se enquanto legislação à nível nacional. Por último, tomando como base as contribuições de Althusser no que concerne à presença da ideologia nos mais diversos espaços da sociedade, arriscaremos uma leitura incipiente sobre as condições (im)possíveis que autorizam ou não a existência de uma escola sem partido.

Agência de fomento: CAPES

Pablo Baptista Rodrigues (PPGCL-UFRJ)

Título: “Lima Barreto e Muniz Sodré: ‘o que acontece quando os negros filosofam?’”

Resumo: Em *Pensar Nagô*, Muniz Sodré afirma que seu interesse “não é particularmente o problema da individuação, mas a provocativa sugestão que confere a setores da condição humana escravizada no Brasil. [...] a possibilidade de um genuíno pensamento por parte de intelectuais ‘orgânicos’ da diáspora africana”. Ao ler esse trecho, acredito ser possível traduzir a motivação de Sodré com a indagação: “O que acontece quando ouvimos atentamente a herança dos corpos negros, em especial, a dos corpos negros vinculados a história brasileira?” Ou ainda, resumidamente, “o que acontece quando os negros filosofam?” No ano de 1903, em uma entrada descrita como “Sem data” nos *Diários Íntimos*, Lima Barreto expressa o seu desejo de preparar um curso de filosofia com as seguintes orientações: “Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto para Afonso Henriques de Lima Barreto”. Entre o conteúdo programático proposto pelo autor estão três lições de “Filosofia Grega”, duas lições de “Filosofia Romana”, mas também, uma lição de “Filosofia Chinesa” e “Filosofia Hindu”, respectivamente. Desde a leitura dessa entrada dos diários, colocou-se como questão a forma pela qual a “filosofia de Lima Barreto” tensionaria o discurso filosófico no seu âmbito cosmopolita e nacional. Portanto, como o escritor de Triste fim de Policarpo Quaresma se coloca reflexivo frente ao discurso filosófico ocidental. A aproximação com o trabalho realizado por Muniz Sodré se justifica como forma central, e metodológica, para pensarmos uma produção filosófica negra, seja a produzida por Lima Barreto, seja a pelo grupo grupo étnico-linguístico Nagô. Acreditamos então, que ambos os autores são importantes para uma leitura da filosofia e literatura brasileira no intuito de proporcionar ao campo da filosofia uma espécie de “deslocamento epistêmico”.

Agência de fomento: CAPES

Pedro Gabriel Batista Rezende (PPGFIL-UERJ)

Título: “A anamnese e o escrito”

Resumo: Esta comunicação visa a apresentar uma interpretação da famosa crítica à escrita efetuada no Fedro de Platão a partir do conceito de anamnese, tal qual apresentado nos diálogos Mênon e Fédon. Em suma, nesses diálogos, o ato anamnético caracteriza o movimento da alma, esta sendo uma mistura de conhecimento e ignorância, no qual se estabelece uma relação entre coisas distintas, ou seja, a partir da visão de uma coisa, outra coisa possível se relaciona a ela e se nos mostra enquanto tal. Dito de outro modo, anamnese significa reconhecer diferentemente a partir do que já é conhecido. A escolha pela crítica à escrita para esta comunicação não é casual: No Fedro, durante o mito de Theuth contado por Sócrates, a escrita não levaria à anamnese, mas seria apenas *hypomnésis* (apoio mnemônico). Após contar o mito, Sócrates diz a Fedro que: 1) O escrito, se perguntado, diz sempre as mesmas coisas; 2) Não é capaz de discernir entre sabedores ou não do assunto; 3) Sem o socorro do lógos paterno, i.e., o autor, é incapaz de se defender. Gostaríamos de focar nossa comunicação nos seguintes pontos: tendo que anamnese é reconhecer diferentemente a partir do já conhecido, o escrito não dirá sempre o mesmo e jamais poderá trazer o autor, senão como resultado de uma interpretação possível; por outro lado não há leitor ideal, visto não haver alma que fuja à mistura sobredita. A crítica da escrita pela escrita força, pois, a sua interpretação, deslocando a *hypomnésis* do escrito para a sua anamnese.

Pedro Lima Filho (PPGFIL-UERJ)

Título: “Imagem: de Bergson a Deleuze”

Resumo: O texto visa apresentar o conceito de imagem introduzido por Henri Bergson em sua obra *Matéria e Memória*. Será posta em foco a sua extensão e a sua aplicabilidade. A partir de sua explicitação, mostraremos como o filósofo Gilles Deleuze deu prosseguimento ao estudo das imagens, por meio de suas pesquisas sobre o cinema. Suas obras *Cinema 1* e *Cinema 2* serão apresentadas como aplicação prática e evoluída do conceito inicial proposto por Bergson.

Pedro Luz Baratieri (PPGF-UFRJ)

Título: “Si-mesmo, tempo e unidade: uma tentativa de interpretação do eros platônico”

Resumo: Minha fala tenta mostrar como nos diálogos se articulariam essas três noções - si-mesmo, tempo e unidade - em torno da experiência erótica. Na primeira parte (1), com ênfase no Alcibiades Maior, destacaria que a erótica de Sócrates visa a despertar o cuidado de

si. Depois (2) tentaria mostrar como o éros se relaciona com o tempo, ou ao menos com um modo de o tempo dar-se. Com o eros, surge a falta; com essa, apresenta-se o que já não é mais (o passado), quando o éros manifesta-se como saudade (pothos), mas também o que ainda não é (o futuro), quando o éros manifesta-se como esperança (elpis, ideia importante no Alcibiades Maior). Vários elementos do Banquete relacionam o éros ao tempo e ao devir. Para Fedro, é o primeiro dos deuses justamente porque antes dele não há como haver geração, mudança, tempo. Para Diotima, eros é uma geração em beleza, força, portanto, do devir. Ela também ressalta o tempo e o devir quando enfatiza que o amante quer que as coisas boas venham a ser para ele, e ainda não só no presente como no futuro. Essa dimensão temporal do éros também pode ser vista em Apolodoro, o narrador do Banquete. Por fim (3), minha fala tentaria refletir sobre a relação entre éros e unidade nos Diálogos, abordando especialmente o discurso de Aristófanes quando diz que eros é desejo de voltar à unidade perdida. Então mostraria como a relação entre éros e unidade é central também na República, que trata, no fundo, de uma ascensão erótica, por meio da música, à máxima unidade, e depois uma decadência do éros em direção à multiplicidade, através da degeneração dos regimes pela stasis (divisão), até o tirano, puro eros em sua versão mais baixa e selvagem.

Agência de fomento: CNPq

Pedro Paulo Guimarães de Menezes (PPGF-UFRJ)

Título: “Se o design está no cerne, qual o cerne do design? Elementos, fundamentos e a desconstrução do design”

Resumo: Este trabalho corteja um encontro entre o pensamento em desconstrução de Jacques Derrida e o design. Presente, pelo menos, desde Hephaistos, o design não é novo, mas tornou-se um elemento central na arquitetura do pensamento de boa parte do que é rastreado como mais “inovador”. No desenvolvimento do desenho que se definirá tanto o visual (ou o não visual) quanto a textura (o tato), o vazio ou o preenchimento, a presença ou ausência, a unidade, o isolamento e o agrupamento, as continuidades, a repetição, a “caoticidade” e a ordem, o ritmo, o balanço, a hierarquia, a escala e proporção, o fim e o início, o afastamento e a proximidade, a ênfase e a dominância, etc., adiantando a presença do artefato. Ele é pensado, inclusive por Derrida, como desenhar, planejar, projetar. Mas, existe um design do design? Ele é livre para projetar-redesenhar a si mesmo? Para mudar os traços e deslocar seu cerne: aquilo que adianta e antecipa sua função, propósito e sua identidade, sua forma original, natural, própria e legítima? Se seu cerne é o planejamento, para pensar sua desconstrução mais do que centrá-lo em outra coisa, deve-se indeterminar quando se faz presente, projetar sem que nada seja adiantado e enclausurado no projeto – abrindo-o a diferença – até os limites do desenho improvisado, o desenho daquilo que não foi pré-visto, incerto entre projetado e não? O design é a artefatura; ele funciona acêntricamente sem núcleo natural.

Priscila Céspedes Cupello (PPGLM-UFRJ)

Título: “Devemos um galo a Asclépio: debate acerca das últimas palavras de Sócrates”

Resumo: Essa comunicação debaterá as últimas palavras ditas por Sócrates antes de morrer que aparecem no diálogo Fédon de Platão, que são: “Oh Críton, devemos um galo a Asclépio. Mas pagai o devido e não sejais descuidado” (PLATÃO, Fédon, 118a, tradução nossa). Para interpretar essa frase enigmática deter-nos-emos em duas diferentes interpretações: a elaborada por Friedrich Nietzsche no aforismo 340 da Gaia Ciência e a outra por Michel Foucault na aula 15 de fevereiro de 1984 do curso intitulado “A coragem da verdade”. Logo, temos como objetivo fazer emergir as diferenças das construções narrativas dos dois filósofos destacados sobre as últimas palavras de Sócrates.

Agência de fomento: FAPERJ

Rafael Rocha da Rosa (PPGFIL-UERJ)

Título: “A dissolução da democracia e a constituição do comum”

Resumo: O neoliberalismo promoveu a expansão da lógica de mercado, submeteu a ela tanto a política quanto a vida social e produziu sujeitos governáveis em conformidade com seus interesses. Ao analisarmos a contemporaneidade, a aliança entre governos e grandes corporações garantiu às empresas o domínio do mercado, da política e seus efeitos nocivos evidenciam seu projeto: precarização, fim de conquistas trabalhistas, revogação de direitos sociais, terceirização, privatização, generalização da concorrência, redução dos serviços públicos, desemprego, contração salarial. Numa perspectiva política, o neoliberalismo seria um tipo específico de razão com uma pretensão totalizante, a de enformar os aspectos existenciais nos moldes econômicos, que, por sua vez, fragmentaria princípios basilares da democracia. Seu enfrentamento exige a urgência de novas formas de vida, de relações pessoais, de trabalho, de outras subjetividades, sobretudo de uma nova política. Nesse sentido, o conceito de comum mostra sua potência na oposição a essa razão de mundo e como parte fundamental para a reconstrução democrática. O ponto seria reconfigurar a realidade, a política e o mundo a partir de práticas de interação, cuidados, afetos, coabitação. A crise do modelo neoliberal abre caminho para a proliferação de tais valores. Assim, o comum abre uma oportunidade de contraponto à crise das instituições democráticas, pois sua força reside na coprodução de uma nova forma de fazer política e não apenas na participação social ou sua renovação. O esforço passa pelo desejo de resgatar a coletividade, de conectar e constituir uma comunidade.

Agência de fomento: CNPq

Rafael Velloso Luz (PPGFIL-UERJ)

Título: “A finitude do infinito físico sob a perspectiva da filosofia de Hegel”

Resumo: Neste trabalho irei iniciar apresentando o entendimento de Einstein sobre o infinito, quais foram as consequências de sua construção teórica, a repercussão na época, a interpretação mais bem aceita atualmente e, por fim, aproximarei a interpretação física da concepção hegeliana de finitude, traçando possíveis pontos de concordância e/ou discordância. Em um artigo publicado em 1917, Einstein realiza uma intensa discussão sobre a possível geometria do Universo, resgatando debates filosóficos, matemáticos e físicos anteriores e contemporâneos a ele, assim como realizando suposições a partir da Relatividade Geral. Utilizando os conhecimentos possibilitados pela relatividade, Heisenberg externa que está convencido da finitude do universo, mas uma finitude cujo fim não poderia ser encontrado em algum local do espaço. Seria o infinito físico a má finitude hegeliana? Pode-se sintetizar a interpretação hegemônica atual da seguinte forma: (i) O infinito como um artifício matemático; (ii) O infinito como infinitamente grande ou infinitamente pequeno. Com o objetivo de que este trabalho não seja o fim, mas parte de uma discussão em andamento, levanto alguns questionamentos: suspendendo-se a matemática, qual a interpretação física e filosófica para as condições de contorno de um universo infinito? Um infinito com condições de contorno ainda seria um infinito?

Rafaella Franco Binato (PPGF-UFRJ)

Título: “Carnofalogocentrismo: a estrutura sacrificial e a questão do sujeito em Jacques Derrida”

Resumo: Esta proposta aborda aspectos do tema do sacrifício em Jacques Derrida, a partir da tematização da questão do sujeito conjugado ao termo cunhado pelo filósofo franco-magrebino – carnofalogocentrismo. Pretende-se com a disruptura provocada pelo termo, abordar a conexão construída por Derrida entre “estrutura do sacrifício” e destacar a “exclusão do outro” no cerne constitutivo do sujeito. A aposta aludida por Derrida pela destinerrância de envios, atizada pela toada própria do pensamento desconstrutor, aponta que não se pode perceber a especificidade da questão em torno do sujeito, o sacrifício, e o alcance ético-político da discussão. Portanto, se a “exclusão do outro” for pensada na perspectiva de simples inclusão de identidades excluídas (como, por exemplo o tratamento da questão animal, para além de todo imediatismo identitário), a “estrutura sacrificial” inerente a constituição do sujeito, por outro lado, rasura as discussões ético-políticas. Assim, ao abordarmos temas que transitam nas margens da questão da subjetividade propostas por Jacques Derrida, pode-se pensar como o tatear do pensamento da desconstrução trabalha na fissura de uma pretensão “própria” do humano nestas elaborações, o que só foi possível formular na tradição ocidental a partir de uma estrutura sacrificial.

Raphael Thomas Ferreira Mendes Pegden (PPGFIL-UERJ)

Título: “Da psicologia à história da loucura em Michel Foucault”

Resumo: Nas suas primeiras publicações, o filósofo Michel Foucault ensaiou, em diferentes perspectivas, a possibilidade de fundamentação da psicologia a partir de uma proposta filosófico-antropológica. No texto de Introdução (In: Binswanger) de 1954, testemunhamos o ensaio de uma fundamentação antropológica do ser-homem a partir de uma elucidação das coordenadas existenciais explicitadas pela análise fenomenológica do sonho. A partir da psiquiatria de Binswanger, Foucault buscou argumentar tal antropologia do ser-homem como alicerce para todo conhecimento psicológico. Já no texto *Maladie mentale et personnalité*, do mesmo ano, o filósofo buscou endereçar os fundamentos da psicologia à uma psicopatologia concreta de inspiração materialista e marxista. Esses dois projetos indicavam a ambição de Foucault naquele período: a crença de que a psicologia deveria firmar suas bases num conhecimento antropológico (fenomenológico ou marxista). Contudo, na virada da década, testemunhamos em 1961 o surgimento de *História da Loucura*: obra na qual, ao invés de uma fundamentação, temos uma crítica em relação às pretensões científicas dos saberes psi. Afinal, podemos observar em *História da Loucura* uma investigação sobre as condições de possibilidade de existência dessa esfera de saber que mais tarde iria compor o campo da psicologia. Pretendemos, no presente trabalho, compreender essa ruptura e ultrapassagem na filosofia de Foucault em relação às perspectivas da psicologia como forma de saber.

Renan da Rocha Cortez (PPG-FIL UFMG)

Título: “Naturalismo e ontologia no pensamento de Nietzsche”

Resumo: Nesta comunicação eu pretendo defender três principais teses: (1) o naturalismo de Nietzsche é liberal; (2) esse naturalismo é compatível com especulações ontológicas sobre os elementos últimos da realidade; (3) as especulações ontológicas de Nietzsche não são dogmáticas, pois estão sujeitas à revisão e ao critério da probabilidade. Em suma, defenderei que tais especulações são compatíveis com um “empirismo antifundacionista”. Nietzsche “especula” em continuidade com os resultados das melhores ciências e está ciente de que qualquer tese a respeito dos elementos últimos da realidade deve ser entendida como uma “interpretação” ou um “experimento especulativo”. Essa leitura se opõe, portanto, ao “modelo heideggeriano” de interpretação, segundo o qual a “especulação ontológica” é radicalmente diferente (em termos de método e de resultado) da investigação científica. Mas também é diferente de algumas leituras naturalistas mais recentes. Para Maudemarie Clark, por exemplo, as especulações ontológicas de Nietzsche não possuem nenhuma relevância e, a rigor, sequer devem ser levadas a sério. De acordo com a autora, tais especulações estariam em conflito com o “empirismo”. Essa inversão completa do “modelo heideggeriano” não é teoricamente atraente, pois o próprio Nietzsche admitiu que a discussão sobre os elementos

últimos da realidade é “científica”. O seu naturalismo não é, portanto, anti-especulativo. Também apresento críticas à leitura francesa de Sarah Kofman, segundo a qual a “ontologia” deve ser caracterizada apenas como uma “metáfora”. Nietzsche faz ontologia porque está interessado em alcançar a verdade sobre o ser do ente na totalidade. É preciso levar a sério suas reflexões ontológicas, mas sem negligenciar o fato de que o filósofo foi um naturalista que desconfiava de qualquer discurso apriorístico sobre a constituição última da realidade.

Renata Marinho (PUC-Rio)

Título: “Totalitarismo e inteligência artificial - discussão sobre fim do mundo e hegemonia”

Resumo: Tecnologia é dominação do humano e da natureza. É o processo de submetemo-nos voluntariamente a uma lógica de formulação desencarnável, replicável e globalizável, de um modo de fazer que funciona para produzir efeitos idênticos independentemente das singularidades das diversidades. A tecnologia é o aprimoramento incessante de um ‘como’ universalizável. Tecnologia é hegemonia, implementação de uma eficiência probabilística e estatisticamente inegável que inviabiliza alternativas. A tecnologia e a racionalidade que a implementa e nutre provam-nos preventivamente que suas exigências são incontornáveis para manter em funcionamento as estruturas da sociedade que nós mesmos construímos e implementamos em escala global, crendo-nos indivíduos autônomos cuidando do bem próprio. A questão é que essa racionalidade tecnológica, por - tautologicamente - evidenciar-se eficiente dentro dos critérios postos por e para si mesma, funda-se num imperativo de planificação, o que necessariamente modifica (e/ou restringe) o espectro de possibilidades atuais para nós, ainda chamados humanos. Testemunhamos em nosso tempo a inflação da presença de algoritmos de machine learning com poder de decisão tomada a partir do processamento (e definição de padrões e probabilidades) de big data, quantidades imensas de informação deste mundo que traduzem em números este mesmo mundo, com seus vieses e padrões opressores e hierárquicos. O resultado é a transformação do viés em ‘universal’ pretensamente neutro, normalizando-o e perpetuando-o. O trabalho tem como referência teóricos atuais da área de inteligência artificial (como Bostrom e Tegmark), o conceito de Gestell em Heidegger, e a sua respectiva politização, como relação de poder posta por um pensamento unidimensional em Marcuse.

Agência de fomento: CNPq

Rodrigo do Amaral Ferreira (PPGFIL-UERJ)

Título: “Apontamentos sobre o desobedecer como prática de resistência”

Resumo: A comunicação tem por objetivo articular a questão da desobediência em algumas de suas formas e estilos. Para isso, será necessário começar pelo inverso, isto é, discutindo a questão da obediência. Em um mundo cuja irracionalidade nos parece cada vez mais evidente, cumpre interrogar, primeiro, por que obedecemos. Nesse sentido, é incontornável pensar a obediência na sua relação com a lei – direito positivo – e a justiça como aplicação do direito. Se interrogarmos, no entanto, a diferença existente entre direito e justiça (a força que exerce e assegura o direito é a mesma que garante a justiça?), talvez encontremos um “intervalo” que nos permita pensar em formas de resistência cuja expressão seja o desobedecer. Duas obras serão decisivas para o desenvolvimento de nossa proposta: apresentaremos inicialmente o argumento desenvolvido por Frédéric Gros em seu livro intitulado “Desobedecer”, que aproxima a noção de desobediência com a necessidade de criação de uma ética do político a ser exercida em um espaço de democracia crítica. Depois, abordaremos a discussão feita por Jacques Derrida em seu texto “Força de lei”, cuja primeira parte explora as consequências de se pensar uma heterogeneidade de forças entre direito e justiça, no intuito de demonstrar como a simbiose entre ambas as categorias serve de justificação ao fundamento místico que assegura o exercício de toda autoridade. Por fim, será possível apontar como uma discussão sobre a desobediência não pode estar dissociada da noção de forma de vida.

Rodrigo Viana Passos (PUC-Rio)

Título: “Por uma hermenêutica do Fedro: texto como diálogo”

Resumo: É provavelmente questão pacífica que a hermenêutica tem a ver com escritos, o que não significa que ela se limite a isso, ainda mais levando em conta seus mais recentes desdobramentos a partir do séc. XIX. Nesse caminho, Gadamer tenta levar a hermenêutica a um patamar de universalidade máximo, articulando-a com o todo de nossas experiências de mundo. Aí, é levado a cabo uma reabilitação importante da dialética e ontologia platônicas. Com efeito, a experiência da dinâmica de abertura dos diálogos de Platão revela um aspecto notável da eficácia da hermenêutica filosófica em sua articulação com a dialética: o destronamento da “subjetividade” no vir à fala da “coisa” (die Sache) no diálogo Na verdade, essa seria a estrutura mesma da nossa linguagem. Por outro lado, Gadamer, em Verdade e Método, possui algumas reservas com relação à ontologia platônica por trás dessa dialética, notadamente à relação entre a idealidade e as coisas “sensíveis”. É nesse mesmo passo que entendemos haver oportunidade para se questionar sobre a crítica à escrita (como coisa da sensibilidade) no Fedro de Platão. Esse diálogo é geralmente concebido como uma crítica radical à escrita – que seria morta, incapaz de falar por si. Todavia, cremos ser possível e até de certa evidência que tal interpretação não se sustenta em sua radicalidade. De fato, cremos que neste diálogo há uma crítica muito localizada à escrita, que, em verdade, põe-se muito mais a fazer justiça à sua natureza do que propriamente desqualificá-la de todo. Ao reavaliarmos tal crítica, cremos oferecer uma oportunidade para que a recepção de Platão por

Gadamer seja menos problemática, tanto no aspecto da estrutura ontológica quanto da eficácia da dialética em relação à forma linguística escrita.

Agência de fomento: CAPES

Sávio de Araújo Gomes (PPGP-UFRJ)

Título: “Percepção e afetividade em Gilbert Simondon”

Resumo: Em *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information* o filósofo francês Gilbert Simondon apresenta sua teoria da individuação. A partir da revisão de noções fundamentais dos campos físico, biológico e psíquico-coletivo (entendidos como dimensões sucessivas e não excludentes da individuação dos indivíduos), Simondon busca apontar para o caráter substancialista de diversas teorias filosóficas e científicas, indicando como tal característica impediria que se formasse uma compreensão adequada sobre os processos de individuação nessas dimensões da natureza. Como alternativa é proposta uma abordagem relacional do indivíduo denominada realismo das relações, em grande parte baseada nos conceitos e lógicas desenvolvidas pelas ciências físico-químicas contemporâneas. Tal perspectiva se expressa de maneira diferente em cada uma das dimensões citadas. No que concerne ao campo psíquico, definido pelo protagonismo das questões perceptivas, ela se expressa pela problemática da segregação das unidades perceptivas: como apreendemos objetos separados e não um contínuo confuso de sensações? A partir dessa pergunta Simondon analisa a Gestalttheorie a fim de investigar como a percepção das formas, consideradas como indivíduos perceptivos, foi estabelecida por ela. Dividindo a produção da teoria em três fases – boa forma, relação figura-fundo e teoria de campo – Simondon procura demonstrar que, apesar do desenvolvimento de sua perspectiva em direção a uma compreensão individuante da forma por parte de Kurt Lewin na terceira fase, a teoria da forma ainda carrega pressupostos substancialistas. Esses pressupostos fazem com que o ato perceptivo seja definido de maneira prévia à experiência do sujeito, isto é, que não explique seu processo concreto de individuação. Objetivando forjar uma abordagem que inclua essa experiência, ou seja, que explique a percepção relacionalmente a partir do encontro em sujeito e mundo, Simondon evoca a participação da afetividade nos processos perceptivos. Seria ela que, desde sua emergência na dimensão biológica, realiza a função de mediação e regulação entre o indivíduo e o meio, cumprindo na dimensão psíquica o papel de “elemento condutor” do psiquismo. Tal mudança de perspectiva leva Simondon a forjar uma concepção sobre a percepção que passa, dentre outros fatores, a inserir a individuação do próprio sujeito que percebe como elemento fundante na segregação das unidades perceptivas.

Agência de fomento: CAPES

Siro Carlos de Oliveira (PPGECC-UERJ/FEBF)

Título: “Homens que choram”

Resumo: O presente trabalho, pretende analisar o que é o signo homem no horizonte de sentido usado como elemento de parâmetro social, numa relação impositiva. Visto ser o objeto destituído em si mesmo de qualquer parâmetro ele assim torna-se algo possível de encaixar em qualquer dispositivo existente. O que normalmente ocorre com isso é uma predisposição para ser manipulado, com necessidades subjetivas numa busca constante por esta e constantemente sendo entendido como coisa. Tal entendimento deve ser considerado pelo plano subjacente a este objeto estar exposto na medida que sendo esvaziado de sentido pelo próprio lugar que este não ocupa, nesse caso sua dinâmica social perpassa ao largo de si mesmo. O homem enquanto tal nada significa, pois a retratá-lo o que se leva como elemento relevante aos seus atributos consubstancializado na sua corporeidade, ou seja, os elementos que a sociedade estabeleceu como relevante. O homem como tal, nada mais é do que uma imagem de reflexo da própria sociedade. Logo ser homem é sê-lo factível aos ditames do discurso do momento. No entanto, esta mesma constituição societal reclama quando este apresenta certo comportamento entendido como não condizente com aquilo que se estabeleceu como digno da espécie humana. Que neste caso surge uma questão: pensar no próprio sentido de humanidade. Sim, o sentido tanto de homem como o de humanidade fica de certo modo esvaziado pela narrativa que em torno dele se faz, pois, sendo algo factível ao discurso, não importando donde este parte e para onde emerge, percebeu que de certa forma o objeto sucumbe ao que de certa maneira é dito de si mesmo. O objeto na própria constituição material não apresenta resistência. Muito mais do que reforçar a narrativa do que se mostrou ser uma dinâmica recorrente, são estes pontos que se desejou demonstrar ao longo do trabalho, como que de certo modo a concepção humana tornou-se um objeto manipulável exercendo um papel bem conveniente a um certo discurso. Quando for conveniente se pode ser homem, quando isto não for interessante pode se negar tal humanidade. Compreende-se que ser homem não é uma situação “sine qua non”, algo dado, mas muito mais uma construção social à condição de homem e de humano.

Tatiana de Mello Pereira (PUC-Rio)

Título: “A teoria da iluminação divina: a aquisição do conhecimento inteligível na crença de Santo Agostinho”

Resumo: A proposta do trabalho consiste na análise do desenvolvimento da teoria da iluminação divina no pensamento de Santo Agostinho. Na ótica agostiniana existem dois tipos de conhecimentos: os sensíveis e os inteligíveis. Os conhecimentos sensíveis são adquiridos por intermédio dos sentidos os quais são indispensáveis para aquisição das realidades temporais, isto é, materiais. O conhecimento inteligível é adquirido pela ação de

Deus na racionalidade do homem. O conhecimento inteligível denominado, no agostinismo, como sabedoria ou verdade refere-se ao conhecimento ontológico, das realidades eternas e imutáveis. O alcance da sabedoria vai além do homem e dos sentidos, é uma correlação da mente humana e Deus, nesse sentido, a sabedoria é o resultado da revelação, é a intervenção divina na intelectualidade do indivíduo. No entanto, para o homem alcançar esse saber é necessário um progresso gradativo da alma, a preparação do espírito e a elevação em graus e potências condutoras a aquisição do conhecimento verdadeiro. A partir dessa análise, nosso propósito é apontar a constituição da conquista do homem a uma verdade única e eterna titulada na filosofia do bispo de Hipona como teoria da iluminação divina.

Agência de fomento: CAPES

Thaís Ribeiro Vasques (PPGFIL-UERJ)

Título: “A natureza da percepção na filosofia de Peter Strawson”

Resumo: Central nas discussões contemporâneas no campo da filosofia - sobretudo na produção em língua inglesa – o problema da percepção alcançou um novo horizonte especulativo com a retomada do pensamento de Immanuel Kant na tradição filosófica analítica. Nesse cenário encontra-se Peter Strawson, autor de *The Bounds of Sense* – marco dos estudos kantianos no interior da filosofia analítica – e do artigo “Perception and its Objects”, do qual particularmente trataremos. Esta apresentação tem por finalidade mostrar em linhas gerais de que maneira Strawson discute o tema da natureza da percepção – no artigo citado acima – a partir da análise feita pelo autor dos capítulos 4 e 5 de *The Central Questions of Philosophy*, de A. J. Ayer, e de *Problems from Locke*, de J. L. Mackie. Ambos os textos discutem a natureza da percepção segundo uma perspectiva realista. Dividida em três momentos, a argumentação de Strawson indica os pontos de aproximação e os de afastamento entre a sua concepção acerca de uma explicação realista sobre a natureza da percepção e as concepções de A.J. Ayer e J.L. Mackie acerca da mesma questão. Pretendo aqui expor o tipo de diferenciação estabelecida por Strawson entre o realismo científico e o do senso comum acerca da percepção. Abordarei também questões como a relação existente entre a visão realista do mundo e a nossa experiência perceptível (visual, sonora ou tátil) e consciente de coisas físicas tomadas como reais e duradouras no tempo e no espaço.

Thayana Cristina de Góes Corrêa Netto (PPGEDU-Unirio)

Título: “Educação para si”

Resumo: O presente trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado, que busca no pensamento do filósofo Max Stirner um possível projeto de educação. Ao partir do atual

cenário no qual a razão neoliberal vem ganhando corpo e, assumindo uma perspectiva crítica quanto à sua lógica e práticas, o esforço aqui é o de um pensamento que se apresente como resistência a tal modelo. Mais especificamente, o campo de interesse de análise será sobre a atuação dessa razão de mundo sobre a educação. Neste sentido, se, de um lado, o neoliberalismo vêm se consolidando ao ampliar os espaços através dos quais introjeta subjetividades que necessariamente devem ser atravessadas pelo prisma econômico, por outro lado, é necessário pensar em formas e estratégias de resistência que se coloquem contra esse modelo que prevê uma determinada visão de mundo, práticas e relações específicas. Desta forma, este trabalho pretende chamar a atenção à necessidade de um pensamento de resistência ao modelo neoliberal e traz, a partir da teoria anarquista de uma forma geral, e da obra de Max Stirner em especial, apontamentos sobre possibilidades e pensamentos acerca da educação absolutamente antagônicos à razão neoliberal e que, portanto, podem se apresentar como importantes fontes de enfrentamento e resistência.

Thiago Augusto Passos Bezerra (PPGLM-UFRJ)

Título: “O paradoxo da tolerância: Dworkin e Waldron sobre o discurso de ódio”

Resumo: Meu propósito nesta comunicação consiste em tratar da divergência entre os filósofos Dworkin e Waldron acerca do discurso de ódio em sociedades democráticas. Desse modo, iniciarei apresentando os argumentos de Dworkin endossando que não deve haver por parte do Estado nenhuma tentativa de impor limites aos discursos e manifestações de ódio, para não infringir a liberdade de expressão fundamental para legitimidade democrática. Em seguida, faço o contraponto com Waldron que defende restrições legais ao discurso de ódio com vistas a garantir que a intolerância não viole os valores e princípios inerentes à democracia. O “paradoxo da tolerância” é um termo cunhado por Karl Popper que parte da tese de que, no campo político-social, a tolerância ilimitada conduziria, de forma paradoxal, ao fim da tolerância. A saída de Popper é a de que defender a tolerância exigiria não tolerar o intolerante. Apesar de muitas vezes serem compreendidos apenas como empreendimentos teóricos, o debate entre diferentes concepções de justiça na democracia incide sobre questões fundamentais relacionadas à estrutura de nossas instituições e a maneira como devemos lidar uns com os outros, o que diz respeito à justificação de direitos. A ideia de justificação de um direito se refere a sua fundamentação e, nesse recorte de análise, as argumentações de Dworkin e Waldron ganham especial relevância. Pretendo tecer uma breve avaliação dos argumentos dos filósofos e em que medida suas respostas ao problema do “paradoxo da tolerância” são satisfatórias.

Agência de fomento: FAPERJ

Verena Seelaender da Costa (PPGFIL-UERJ)

Título: “Jogos de linguagem: Walter Benjamin e Eduardo Coutinho”

Resumo: O presente trabalho tem como objeto uma aproximação entre o pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) e do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho (1933-2014). A análise será empreendida, em especial, a partir dos escritos sobre linguagem e estética do chamado “jovem” Benjamin (ou seja, os textos escritos entre 1915 e 1930) e o filme “Jogo de Cena” (2007), marco na cinematografia de Coutinho. O pensamento de Benjamin e o cinema de Coutinho mantêm entre si paralelos extremamente férteis e surpreendentes, pois tratam de muitas temáticas parecidas, tais como linguagem, memória e sonho. As palavras de Benjamin, em referência a Marcel Proust, são citadas por Coutinho quase literalmente: “Um acontecimento vivido é finito, (...) ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites” (Benjamin, “A imagem de Proust”). A linguagem do fragmento, a ideia da incompletude e do inacabamento como reflexo sobre algo de essencial não só sobre o objeto artístico, mas da própria existência; a palavra viva, atualizada na forma de som, que cria sua própria realidade e se eleva para além da função puramente comunicativa da linguagem; o jogo enquanto artifício ou dispositivo cênico, com o recurso tipicamente barroco-romântico do *Spiel im Spiel*, jogo-dentro-do-jogo ou peça-dentro-da-peça, que faz com que a obra não seja só um objeto de reflexão por parte de um sujeito-espectador, e sim que ela própria seja uma entidade pensante e autorreflexiva, um jogo que joga a si mesmo; a ideia da sobriedade metodológica, da diminuição dos recursos a disposição de forma que a limitação aos elementos mínimos canalize uma enorme potência que não poderia se mostrar senão dessa maneira. A partir destas quatro características - fragmento, palavra, jogo e sobriedade - serão apresentados simultaneamente os pensamentos de Benjamin e Coutinho, mostrando que, mais do que uma simples influência, é possível falar que ambos estão em proximidade um com o outro.

Agência de fomento: CAPES

Verônica Costa (PPGF-UFRJ)

Título: “Homero na Hélade dez Mandelstam”

Resumo: O objetivo deste trabalho é suscitar um debate crítico acerca da influência de Homero na obra do poeta russo Ossip Mandelstam. Para isso, faremos uma leitura interpretativa do poema “Insônia. Homero. Velas tesas”; em seguida, debateremos o modo como o poeta foi atraído pela antiguidade, destacando seu hibridismo entre diferentes épocas e culturas. Enquanto a maioria dos poetas da sua geração recusam as fontes clássicas por considerá-las obsoletas e ultrapassadas, Mandelstam segue na direção oposta, isto é, ele se encaminha ao encontro da tradição clássica à medida em que nela percebe uma abertura para

o poético. Ao mover-se no jogo entre tradição e modernidade, Mandelstam compreende “a poesia clássica como a poesia da revolução” e, de modo próprio, interpreta a poesia de Homero não como um modelo a ser seguido, mas sim como fonte de inspiração poética, matéria pulsante, através da qual constrói seus principais temas e imagens. Com precisão, beleza e páthos criativo, recria mitos, transforma São Petersburgo em uma nova Hélade. O que Mandelstam faz, na verdade, é um resgate moderno da antiguidade. E, com isso, cria sua própria tradição. É possível observar neste resgate moderno da antiguidade o eterno retorno do mesmo, sempre fértil e revitalizado, ecoando novos acordes de sentido na palavra.

Vinicius França Freitas (PPG-FIL UFMG)

Título: “A teoria da identidade pessoal de John Locke”

Resumo: O objetivo do trabalho é discutir a teoria da identidade pessoal de John Locke apresentada no Ensaio sobre o entendimento humano. Pretendo questionar a via tradicional de interpretação desta teoria – que remonta a autores modernos como George Berkeley, Joseph Butler, Gottfried Leibniz e Thomas Reid. De acordo com esta via, Locke afirmaria que a identidade da pessoa é constituída somente por aquilo que as operações da consciência oferecem a ela: uma pessoa P^1 que existe em T^1 é idêntica à pessoa P^2 que existe tempos depois em T^2 se P^2 está consciente (recorda-se) em T^2 de pensamentos e ações de P^1 em T^1 . Esta compreensão supõe que Locke defendeu uma teoria da identidade pessoal baseada sobre a continuidade psicológica da consciência, de modo que a pessoa seria aquilo de que ela é capaz de ter consciência. Apresento uma via alternativa de interpretação baseada sobre a continuidade da existência da consciência. Entendo que, para Locke, a identidade pessoal depende não da continuidade psicológica da consciência mas de sua continuidade ontológica: uma pessoa P^1 que existe em T^1 é idêntica à pessoa P^2 que existe tempos depois em T^2 se a consciência de P^2 em T^2 é a mesma consciência de P^1 em T^1 . A pessoa é a mesma enquanto existe uma mesma consciência. Neste sentido, há um pressuposto ontológico, na teoria lockiana, que preserva a identidade pessoal para além da continuidade psicológica da consciência.

Vitor Eduardo de Mello dos Santos (PPGFIL-UERJ)

Título: “A noção de identificação em Harry Frankfurt”

Resumo: Alguns filósofos defendem a ideia que a identidade numérica é um pressuposto básico para qualquer discussão sobre o tema da responsabilidade moral, ou melhor, eles partilham de uma concepção que coloca a identidade numérica como uma condição necessária para a responsabilização, e nós só poderíamos ser punidos ou elogiados por nossas ações passadas caso fôssemos as mesmas pessoas que as realizaram. Entretanto,

independentemente do ângulo que formos investigar a identidade pessoal, um dos grandes problemas é saber que a sua “resolução” parece depender do conceito de pessoa, pois parece ser incoerente tentar entender quais características podem ser atribuídas, verdadeiramente, para determinadas pessoas e quais são os critérios para elas serem numericamente iguais ao longo do tempo, caso não expliquemos, primeiramente, o que faz com que elas sejam pessoas. Certamente, com a intenção de estabelecer o que uma pessoa é, muitas respostas podem ser oferecidas, mas sempre trazem alguma dificuldade consigo. Assim sendo, entre os inúmeros pensamentos que permeiam a história da Filosofia e visam estabelecer o que o termo “pessoa” abrange, escolhemos explorar algumas ideias fundamentais que Harry Frankfurt, através da sua extensa obra, desenvolveu sobre a noção de identificação, já que, para o filósofo americano, o essencial para ser uma pessoa é a capacidade de identificar-se com (ou abster-se de identificar-se com) suas tendências a ser movida de um modo ou de outro.

Wilson Torres Gomes (PPGFIL-UERJ)

Título: “Estratégia saber-poder em Foucault: agência, subjetividade e soberania (conexões marginais)”

Resumo: Nas últimas décadas, a influente corrente crítica: realismo social, tem criticado a condição de possibilidade da agência em Foucault; bem como à ideia de um suporte ontológico-estrutural; bem próximo do que é analisado/mantido pela teoria da estruturação (investigação das práticas sociais (agência) ordenadas no espaço e no tempo (estrutura); estabilidade e reprodução das ações/relações sociais), que tem como meta formular uma “teoria ontológica da constituição da vida social”. A importância desta discussão para a filosofia política, se dá – além da originalidade, credibilidade e caráter precursor das obras – em função das aporias que propõem ao pensamento foucaultiano. Com a “morte do homem”, todos, a seu modo – direta/indiretamente – acabam referindo-se às posições foucaultiana. Objetivamos aqui, apontar uma saída possível ao impasse colocado pelo problema da dualidade agência/estrutura e da “ontologia do sujeito” moderno, a partir mesmo, do problema oriundo da “metafísica da presença”. Tal problemática resvala na possibilidade ou não de expressão em termos de uma crítica à “ontologia da representação”. A análise do realismo social crítico permite contrapô-lo ao pensamento de Foucault no que tange, a agência, subjetividade e soberania. Abrem-se possibilidades à toda uma gama de “potências transformadoras” à contrafação do “estado de exceção moderno”, a partir do escrutínio preciso da “biopolítica”/“necropolítica” em curso em muitas sociedades no mundo, inclusive o Brasil.

Yke Leon (PPGTLCOM-UFRJ)

Título: “‘Como é que se diz eu te amo?’: uma breve história do amor”

Resumo: O amor certamente é um dos temas mais explorados por toda a literatura já produzida pela humanidade. Muitas são as representações desse fenômeno social e, como todos os outros, varia imensamente de acordo com a cultura a qual está submetida. De modo geral, podemos dizer que as construções do amor se dão através do mesmo processo de produção de significado compreendido pelo binômio ‘representação e linguagem’ proposto por Stuart Hall em seu *The Work Of Representation*. Desde a antiguidade o amor tem sido objeto de interesse de variadas áreas do conhecimento, realizando uma jornada histórica desde a mitologia, com o cortejo de deuses e homens em batalha, passando pela literatura, com narrativas de personagens e suas histórias de paixões e tragédias meticulosamente tramadas, especialmente por Proust e Goethe. “Após um longo percurso de mudanças de sentidos, o tema finalmente conseguiu ser ancorado na ciência” (NÓBREGA; FONTES; PAULA, 2005, p. 78). O presente trabalho explora as bases da poesia lírico-amorosa desenvolvida no Antigo Egito, debruça-se sobre *O Banquete de Platão* e vai até as considerações de Michel Proust a respeito de amor e do ciúme, de modo a tentar clarificar “o mais antigo dos deuses” (PLATÃO, 1999, p. 10).